

Licenciatura em Relações Públicas e Secretariado Executivo

**Relações Públicas Comunitárias como Promotor da
Cidadania e Comunicação para o Desenvolvimento
Comunitário**

Estudo de caso: Comunidade de Achada Grande Trás-Praia

Realizado por: Haidée Lopes Monteiro

Orientador: Mestre Vladmir Antero Delgado Silves Ferreira

Praia, 27 de Setembro de 2012

Licenciatura em Relações Públicas e Secretariado Executivo

**Relações Públicas Comunitárias como Promotor da
Cidadania e Comunicação para o Desenvolvimento
Comunitário**

Estudo de caso: Comunidade de Achada Trás - Praia

Realizado por: Haidée Lopes Monteiro

Orientador: Mestre Vladmir Antero Delgado Silves Ferreira

Praia, 27 de Setembro de 2012

Haidée Lopes Monteiro, autora da Monografia intitulada: *Relação Públicas Comunitárias como Promotor da cidadania e Comunicação para o Desenvolvimento Comunitário* declara que, salvo fontes devidamente citadas e referidas, o presente documento é fruto de um trabalho pessoal individual e original.

Cidade da Praia 27 de Setembro de 2012

Memória monográfica apresentada a Escola de Negócios e Governação de Cabo Verde, unidade orgânica da Universidade de Cabo verde, como parte de requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Relações Públicas e Secretariado executivo, sob a orientação de Vladmir Antero Delgado Silves Ferreira

Cidade da Praia 27 de Setembro de 2012

Epígrafe

Os indivíduos são a verdadeira riqueza de uma nação e o desenvolvimento tem como Objectivo fundamental criar um ambiente que ofereça às populações a possibilidade de uma vida longa, feliz e saudável.

Nações Unidas, 1990

O desenvolvimento de uma comunidade é algo que depende de todos os elementos que a compõe. Assim, só alcança esta meta a comunidade solidária e que pratica a cidadania.

Haidée Monteiro, 2012

Dedicatória

*“A todas as comunidades que anseiam pelo desenvolvimento e ainda não sabem
como fazer o conseguir”*

Agradecimentos

Antes de mais agradeço a Deus, pela plenitude da inteligência e sapiência que ele me deu. Agradeço ainda às minhas filhas pela paciência que tiveram comigo, por conta de tantas horas longe de casa.

A minha mãe Furtunata e irmão Reimundo, um muito obrigado de coração, pela força que sempre me deram.

Aos professores José Mário, Silvino Évora, Cristina Ferreira e Ângelo Correia, congratulo pela disponibilidade que sempre demonstraram em me ajudar. Também aos moradores de Achada Grande Trás, como é o caso de Hipólito da Veiga, Fernando Jorge Tavares, Marcelino Correia e Domingos Vaz Robalo, pelas informações disponibilizadas sobre a comunidade.

Os meus sinceros agradecimentos, vão para todos os grupos, líderes comunitários, activistas da comunidade de Achada grande Trás, que aplaudiram o meu trabalho e me ajudaram na concretização das acções planeadas.

Ao *Projecto Simenti*, na pessoa de Stefania Borlotti, nem tenho palavras que compensem a tamanha gratidão que alimento, pelos seus elementos que acompanharam e deram o seu contributo em cada passo das muitas acções concretizadas durante o meu trabalho.

Ao Ministério de Justiça, unidade de implementação de projectos (Casa de Direito), fica também o meu reconhecimento, pelo apoio moral e financeiro para a concretização da Feira da Cidadania que foi a principal acção do meu trabalho; e na mesma linha a Papelaria Académica, A Biblioteca Nacional, o Arquivo Histórico Nacional, o Centro Cultural Português, A Escola de Negócio e Governação, ambos pelos livros e materiais de papelaria, doados para a materialização da feira do livro e reciclagem, que se incluía na Feira da Cidadania.

Ao Centro de Saúde de Achada Grande Trás e seus profissionais que prontamente souberam demonstrar as suas competências, na feira de saúde - Feira da

Cidadania; assim como a Televisão de Cabo Verde pelas coberturas aos eventos concretizados.

Ao senhor anónimo que facilitou cerca de 500 livros em que 50% das vendas ficaria para o fundo da escola, também aclamo o gesto.

Por último, e sem deixar de ser importante, agradeço ao meu orientador, pela confiança e disponibilidade durante os trabalhos práticos e não só.

Sumário

O presente trabalho, foi realizado no intuito de promover o desenvolvimento da comunidade de Achada Grande Trás, tomando como suporte a prática da cidadania e comunicação.

Um conjunto de trabalhos práticos foram realizados e espera-se, no final conseguir chamar a atenção da comunidade, quanto a tomada de consciência da necessidade da colaboração união e solidariedade entre seus elementos, para a conquista de objectivos comuns, assim como a aposta firme na educação.

Palavras-chave: comunidade, cidadania, desenvolvimento e comunicação.

Siglas e Abreviaturas

AGF – Achada Grande Frente

CAM – Confeções Alves Monteiro

EBI – Escola do Ensino Básico Integrado

FC – Feira da Cidadania

CS- Comunicação Social

OCS – Órgãos de Comunicação Social

PP – Produção Própria

RPC – Relações Públicas Comunitárias

TCV – Televisão de Cabo Verde

Uni-CV – Universidade de Cabo Verde

“S.d” – Sem data

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. JUSTIFICATIVA DO TEMA	5
1.2. PROBLEMA DE PESQUISA	6
2. OBJECTIVOS	7
3. HIPÓTESES	7
4. ENQUADRAMENTO TEORICO E CONCEPTUAL	9
4.1. REVISÃO DA LITERATURA	9
4.2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
4.3. CONCEITOS ANALÍTICOS	14
5. RELAÇÕES PÚBLICAS: UM NOVO DISCURSO	20
5.1. RELAÇÕES PÚBLICAS COMUNITÁRIAS O “EU” NA PESSOA DO “OUTRO”	24
5.2. A EDUCAÇÃO COMO VECTOR PARA A PRÁTICA DA CIDADANIA	25
5.3. COMO PODE AS RPC ENTRAR NESSA SITUAÇÃO E INVERTÊ-LO	26
5.4. PRINCÍPIOS ORIENTADORES	26
5.5. EDUCAÇÃO PARA A VIDA COMUNITÁRIA	30
5.6. A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA	31
5.7. PLANO DE ACÇÃO DAS RELAÇÕES PÚBLICAS COMUNITÁRIAS	34
6. ACHADA GRANDE TRÁS: CARACTERIZAÇÃO GERAL	36
6.1. HISTÓRIA E GEOGRAFIA	36
6.2. PROGRESSÃO DAS HABITAÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	38
7. METODOLOGIA DE PESQUISA	40
8. ACÇÕES PRÁTICAS PARA CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	45
8.1. 1ª ACÇÃO: ASSEMBLEIA DOS ACTIVISTAS SOCIAIS	46
8.2. 2ª ACÇÃO: WORKSHOP SOBRE O PROCESSO DE FACILITAÇÃO	48
8.3. 3ª ACÇÃO: PROJECTO CIDADANIA PARA O DESENVOLVIMENTO	53
8.4. DISCRICÃO	56
8.5. BENEFÍCIOS QUE A FEIRA DA CIDADANIA PODERÁ TRAZER À COMUNIDADE	57

8.6. OBJECTIVOS DA FEIRA DA CIDADANIA	58
8.7. METAS	58
8.8. ARTICULAÇÃO DAS ACTIVIDADES	59
8.9. ORGANIZAÇÃO DA FEIRA DA CIDADANIA	61
8.10. MODELO DO PROGRAMA DO EVENTOS (FEIRA DA CIDADANIA)	62
8.11. RELATÓRIO DA FEIRA DA CIDADANIA	63
9. CONCLUSÃO	66
10. BIBLIOGRAFIA	72
11. APÊNDICES	74

Lista de Quadros

Quadro 1: População residente e agregados familiares por zonas e lugares, Achada Grande Trás, ano 2000-----39

Quadro 2: Evolução da população residente e agregados familiares de Achada Grande Trás, ano 2010-----39

Lista de Figuras

Figura 1-	Feira do Livro-----	45
Figura 2-	Wokshop-----	45
Figura 3 -	Feira de Saúde-----	45
Figura 4 -	Wokshop-----	45
Figura 5 -	Assembleia dos Activistas Sociais-----	45

1. INTRODUÇÃO

A sociedade moderna apresenta-nos um conjunto de desafios que exigem uma reflexão lógica e prática para os poder ultrapassar. As formas de comunicação evoluíram, a crise mundial é vigente e contínua, a democracia torna-se a base da política, os valores sociais como o respeito, amizade e solidariedade estão em transformação e nota-se que as formas de agir e pensar já são outras.

O “rumo das coisas” é diferente de há menos de dez anos atrás, há de se pensar seriamente nos pormenores das questões que a sociedade de agora nos coloca, para que de facto se possa estar em condições de os responder e, de uma forma efectiva.

A sociedade cabo-verdiana não foge a regra e se apresenta cheia de réplicas que já ultrapassam a capacidade de actuação apenas de pessoas formadas na área social.

Os sociólogos, antropólogos e psicólogos já não estão a dar respostas, sozinhos, aos vários problemas e barreiras que a vida quotidiana nos apresenta; as crises de todas as dimensões estão invadindo a sociedade de uma forma brusca e os valores sociais estão sendo encobertas pelos múltiplos desafios, chegando mesmo a ser mal interpretados pelos mais novos, que são considerados o futuro de amanhã.

Assim, torna-se urgente a necessidade de outros autores sociais, como é o caso de Relações Públicas Comunitárias (RPC), que surge como um novo agente, preocupado com as causas sociais de uma forma bem diferente e moderna, utilizando de técnicas comunicacionais para chamar a atenção das pessoas, quanto a grande necessidade da prática da cidadania para o desenvolvimento.

Um Relações Públicas Comunitárias é um profissional cuja formação é da área da comunicação, que é considerada hoje como uma das principais ferramentas para o entendimento e o desenvolvimento. Este agente tem como base de actuação a estruturação da cidadania, que se pensa ser a principal aposta para a edificação de uma sociedade sã e equitativa.

As novas tecnologias já perpassam a sociedade em todos os pontos e, há uma necessidade cada vez maior de um actor social, que trabalha no sentido de fazer uma ponte entre os elementos da sociedade, no sentido de promover a comunicação e interacção social, servindo-se das tecnologias informativas e, sobretudo da comunicação “face a face”.

Relações Públicas Comunitárias são actividades cujas práticas se assentam sobretudo na prática da cidadania pessoal e social. Um cidadão e principalmente as Relações Públicas, nunca devem viver apenas pensando no seu bem-estar, mais também fazendo algo para o conforto geral da comunidade da qual faz parte.

A comunidade constitui um grupo de pessoas que vivem num mesmo espaço, podendo usufruir de um conjunto de recursos que lhes são comum, mas não da sua propriedade pessoal. Marchal, Gordon (1990), citado por Carmo (1999, p.73), considera que, associadas ao conceito comunidade apresentam-se várias ideias em que, as essenciais são: alto grau de intimidade social; relações sociais afectivamente alicerçadas; compromisso moral, coesão social e continuidade no tempo.

Partindo deste raciocínio, é de salientar que uma comunidade precisa necessariamente de manter uma certa intimidade entre os seus membros, um certo espírito de cumplicidade, sentido de compromisso e capacidade de cumprir com as suas responsabilidades.

Uma comunidade que se preze é aquela que pensa como um todo e age de igual modo, em situações de interesse geral e sempre numa perspectiva de organização.

A organização comunitária é uma expressão que deve estar assente em qualquer comunidade. Esta exprime a ideia de articulação de meios e recursos como se fosse uma empresa (quando maior for a articulação de bens e recursos maior será a possibilidade de se alcançar os objectivos preconizados).

Carmo (1999, p.76) define a organização comunitária como o processo de articulação de meios (materiais e humanos), susceptíveis de criar condições a um determinado conjunto social para que se transforme numa comunidade.

Este mesmo autor ainda afirma: “Para que a organização social se processe com eficácia e eficiência, é necessário, um conjunto de decisões e estratégias, nomeadamente: identificar recurso; estabelecer prioridades e articular recursos”.

Ao longo deste trabalho de pesquisa, e especialmente nos trabalhos práticos, haverá uma luta no sentido de incentivar a organização da comunidade de Achada Grande Trás (AGT), seguindo os requisitos acima mencionados.

Relações Públicas Comunitárias aqui, teria de desempenhar vários papéis, há-de dedicar seriamente ao serviço social com o objectivo de ajudar a população de AGT a: tomar a consciência das suas necessidades e recursos; a assumir uma posição crítica sobre a sua realidade e sobretudo a organizar dinamicamente os recursos, para responder as suas necessidades.

A actuação aqui seria no sentido de auxiliar na situação de dificuldades e sobretudo dinamizando processos que levam ao desenvolvimento da participação, coesão e integração de todos no ambiente comunitário.

Seria muito importante chamar a atenção aquando da necessidade de uma educação para o desenvolvimento que é um aspecto sem a qual nenhuma comunidade consegue sobreviver da forma desejada.

A educação para o desenvolvimento reveste-se de um conjunto de estratégias, integrando programas que dotem a população de capacidades permitindo-lhe o acesso a recursos e serviços que o possibilite o desfrutar de um melhor nível de vida; mas também a criação e sempre de margens para situações, que permitem tirar partido e aperfeiçoar o potencial humano de um dado conjunto social.

Qualquer comunidade deve estar atenta a oportunidades e ser capaz de gerir os recursos disponibilizados. Para tal, há de se contar com a educação para a solidariedade, que hoje transcende um valor moral para se transformar nessa nova era, num imperativo de sobrevivência da humanidade.

Como diz Carmo (1999, p.72), uma sociedade sem solidariedade, constitui um terreno fértil para a emergência de conflitos sociais, onde se gastam enormes quantidades de recursos para solucionar problemas evitáveis.

Um conjunto de técnicas e acções serão aplicadas para se atingir os pontos acima mencionados e, sempre na tentativa de se fazer da comunidade de AGT, uma comunidade solidária e por isso, capaz de solucionar os seus problemas e alcançar os seus objectivos. Contudo há-de se esperar da parte da comunidade, a tomada da consciência dos seus problemas, a sua valorização crítica, assim como a definição de acções para as modificar.

Toda a perspectiva deste trabalho é a promoção do desenvolvimento da comunidade de AGT. Porém, o desenvolvimento comunitário é algo que não depende só de um elemento da comunidade, mais sim de todos.

Carmo (1999, p.76) cita Ander-Egg (1980,p.69) que “caracteriza o desenvolvimento comunitário como: “uma técnica social da promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação activa e democrática da população, no estudo, planeamento, execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida”.

É exactamente isto, a pretensão deste trabalho de pesquisa: levar as pessoas a participarem e a traçarem programas de acção com vista ao desenvolvimento comunitário; e é por isso que se vai iniciar o trabalho exactamente com os activistas sociais e ou líderes comunitários aproveitando os grupos sociais para lançar a semente e o desafio da participação e colaboração.

Em Cabo Verde, a situação do relacionamento e organização na comunidade é um pouco complexa e exige estudos e análises profundos, no sentido de descobrir as fragilidades e os fenómenos que põe em causa a coesão entre os elementos da comunidade e, tentar amainar esta situação que tantos entraves, provoca no desenvolvimento do país.

Achada Grande Trás não foge a regra e o trabalho de tentar incitar as pessoas a mudarem a mentalidade e a terem uma outra ideia das coisas, isto é a consciência da nova realidade, não será tarefa fácil e nem tão pouco de curto a médio prazo.

1.1. Justificativa do Tema

Relações Públicas Comunitárias é um assunto que muito mexeu comigo, desde o seu estudo na cadeira de Comunicação de Interesse Público. Daí, a ideia do tema *Relações Públicas Comunitárias, Como Promotor da Cidadania e Comunicação para o Desenvolvimento Comunitário*.

Abracei, esta questão com muita garra, apesar de saber de antemão que não seria uma tarefa fácil, trabalhar com a comunidade para mudar mentalidades, atitudes e comportamentos. Sou uma pessoa apaixonada pelas causas sociais, sinto gosto em lutar pela sociedade e seu bem-estar; apesar, desta ser uma luta muito árdua e que exige muito sacrifício, boa vontade e sobretudo paciência.

Assim, no papel de Relações Públicas Comunitárias para a comunidade de Achada Grande Trás, actuei desde já, como um agente comprometido com a defesa dos interesses sociais.

Ainda mais, sou uma moradora – elemento da comunidade de AGT, e devo sim fazer a minha parte e ajudar no que puder, para esta se aproximar do desenvolvimento, que é o principal desejo de qualquer comunidade.

Achada Grande Trás, é uma comunidade onde pode se verificar um notável nível de sedentarismo, conformismo, falta de espírito de acção e colaboração, má gestão das informações e recursos sociais; pelo que há uma necessidade urgente de uma intervenção de fundo, no sentido de moderar esta situação, inovar o rumo das coisas, e convidar a comunidade a ser mais activa e participativa para o bem comum.

Confirmo a expressão acima citada de antemão porque conheço a comunidade em estudo e já convivo com a mesma há quinze anos.

A proposta seria então, a implementação de um conjunto de acções comunitárias para a conquista dos interesses comuns; assim como uma maior disposição dos moradores na procura dos direitos e deveres.

Aproveito o seguinte raciocínio de entrada: mais do que ser um elemento da comunidade, é ser um cidadão que zela para o bem-estar geral da sua comunidade, através do cumprimento dos princípios da cidadania e, ao mesmo tempo trabalhar no sentido de que todos (empresas e moradores e entidades interessadas no desenvolvimento) os cumpram de igual modo.

Este é o lema com o qual sustentamos este trabalho de pesquisa. Esperamos com ela contribuir para o progresso da comunidade de AGT, que necessita muito de uma voz, um guia e orientador, quanto à prática da cidadania que é hoje a base para o desenvolvimento sustentável.

1.2. Problema de Pesquisa

Achada Grande Trás, é uma comunidade que tem demonstrado ao longo da sua história, um conjunto de dificuldades relativas ao desenvolvimento. Hoje, mais do que nunca, consegue-se notar que a cidadania é um dos itens que pode estar falhando no quotidiano desta localidade, podendo ainda ser, um dos principais entraves ao desenvolvimento no seu todo.

A comunicação é também um outro aspecto que parece ter falhas nesta comunidade; pelo que as pessoas dificilmente se encontram disponíveis para qualquer encontro de carácter social, educativo ou mesmo reivindicativo, no sentido de fazer valer os seus direitos e interesses.

Na tentativa de fazer algo por esta comunidade, surge a proposta do tema: *Relações Públicas Comunitárias como Promotor da Cidadania e Comunicação para o Desenvolvimento Comunitário.*

Assim, neste trabalho de campo pretende-se, através da problemática de partida: *Como pode as Relações Públicas Comunitárias, através da Promoção da Cidadania e Comunicação Contribuir para o Desenvolvimento de uma Comunidade?* “Quebrar o gelo” e, de facto incentivar a comunidade de Achada Grande Trás, a apostar na cidadania e, através da comunicação comunitária, sustentada pelo respeito, colaboração, interacção

e decisão; atingir o desenvolvimento e o bem comum; criando oportunidades e, finalmente construindo e usufruindo de igual modo dos direitos e deveres do cidadão

2. OBJECTIVOS

a) Geral:

Demonstrar através de acções práticas, como Relações Públicas Comunitárias, pode contribuir para o desenvolvimento da comunidade de Achada Grande Trás, através da promoção da cidadania e comunicação comunitária.

b) Específicos:

- ✓ Verificar através da aplicação de estratégias comunicativas das Relações Públicas Comunitárias, o nível da prática da cidadania local (pelos moradores e empresas);
- ✓ Analisar com a visão de Relações Públicas Comunitárias os problemas que afectam a vida dos moradores de Achada Grande Trás;
- ✓ Apresentar um conjunto de propostas de medidas, necessárias para o desenvolvimento da comunidade de Achada Grande Trás, através da prática da cidadania e comunicação comunitária.

3. HIPÓTESES

a) Geral:

Sendo Achada Grande Trás uma comunidade pouco informada, ao nível dos novos desafios e conceito do desenvolvimento (ditados pelo séc. XXI), Relações Públicas Comunitárias como agente da comunicação podem ser um grande desafio para o desenvolvimento local, através da promoção da cidadania baseada na informação e comunicação comunitária.

b) Específicos:

- ✓ O desenvolvimento da comunidade de Achada Grande Trás parece estar regulado, conforme o estilo de vida da população local, pelo que Relações Públicas Comunitárias como orientador ou facilitador podia ser uma boa alternativa;
- ✓ Os moradores de Achada Grande Trás demonstram pouco espírito de equipa, participação e colaboração, de modo que as práticas de Relações Públicas Comunitárias seriam indispensáveis para que se acompanhasse a nova visão do desenvolvimento (com iniciativas da própria comunidade);
- ✓ As empresas locais e os próprios moradores não têm contribuído da forma correcta para o desenvolvimento sustentável da localidade.

4. ENQUADRAMENTO TEORICO E CONCEPTUAL

4.1. Revisão da Literatura

Sabendo que em Cabo Verde o Curso na Área de Relações Públicas (RP) é muito recente (apenas com uma única Licenciatura concluída); não se podendo encontrar nenhum trabalho académico sobre o tema “Relações Públicas Comunitárias” nas bibliotecas locais e nas Universidades cabo-verdianas. Porém, não deixou-se de analisar trabalhos de defesa científica no domínio do associativismo local.

Assim, para essa pesquisa, pôde-se contar com os trabalhos académico cabo-verdianos:

- Associativismo e Desenvolvimento Local em Cabo Verde: Notas sobre alguns Percursos de Revitalização Rural Local (Rita Maria de Pina): Trabalho esse no qual foi analisado o associativismo em territórios rurais da ilha de Santiago, apresentando o estudo de caso de três associações comunitárias da ilha, e uma análise comparativa das mesmas, incluindo parceiros e actividades desenvolvidas; funcionamento das associações; assim como o contributo dos mesmos no desenvolvimento local/comunitário.
- Imigração e Cidadania Local: Associativismo Imigrante e Políticas Públicas de Portugal (Nardi Abrão Dias de Sousa 2003) que se traduz num estudo sociológico que tenta reconstruir o processo de emigração cabo-verdiana para Portugal e posteriori, definir linhas orientadoras de actuação para os emigrantes e perceber o que lhes obstaculiza a mobilidade social ascendente.

Doravante, Relações Públicas Comunitárias como Promotor da Cidadania e Comunicação para o Desenvolvimento Comunitário consistiu-se numa análise sobre o modo de vida da comunidade de Achada Grande Trás (desejos, ambição e potencialidade dos moradores).

Na mesma óptica, o estudo teve o propósito de verificar a prática da cidadania e o nível da comunicação dentro da comunidade; a gestão das informações pelos moradores

e, analisar as empresas envolvidas no que tange a prática da “cidadania empresarial” (responsabilidade social), sabendo se contribuem ou não para a qualidade de vida e o desenvolvimento da comunidade; para finalmente responder à problemática da partida: *Como pode Relações Públicas Comunitária, através da promoção da cidadania e comunicação contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade?*

4.2. Referencial Teórico

Relações Públicas Comunitárias é uma nova proposta das Relações Públicas, a sua teoria se fundamenta na dialéctica.

Segundo Escudero ¹(“s.d”, p.2) a teoria da dialéctica parte da análise do conflito de tal forma que se possa buscar nas suas raízes sociais, culturais e económicas as razões e formas de superá-los, através de um processo constante de criação de novas possibilidades de relacionamento social.

O trabalho de pesquisa *Relações Públicas Comunitárias como Promotor da Cidadania e Comunicação para o Desenvolvimento Comunitário*, vai se assentar na teoria da dialéctica², pois, esta vê na relação de conflito o ponto de partida para a renovação social uma vez que: “do confronto entre as partes contrárias, faz emergir uma nova realidade, e que será novamente superada, num vaivém constante, tal como é a dinâmica social” (Escudero p.2). ³

Relações Públicas Comunitárias deve saber usar das palavras; gerir a comunicação e usar do poder argumentativo para alcançar os objectivos do trabalho comunitário; ter um raciocínio rigoroso e que vai de encontro às expectativas das comunidades; ter uma visão projectada no futuro e desenvolvimento da comunidade. Tudo isso se resume na *comunicação comunitária* que é aquela usada pelas RPC.

¹As Relações Públicas Frente ao Desenvolvimento Comunitário: Trabalho originalmente publicado na revista Comunicação & Sociedade, editada pelo programa de Pós Graduação em comunicação Social da UMESP.

²Arte de argumentar ou discutir, arte de raciocinar; demonstração ou raciocínio rigoroso... In Dicionário Editora, 7ª Edição.

³Idem

A comunicação comunitária é uma disciplina recente que vem sendo muito analisada pelos pesquisadores da área social, no Brasil, desde os meados dos anos oitenta. Hoje este conceito já existe cientificamente e é usada como prática em favor da cidadania da população oprimida e seus movimentos.

Comunicação popular ou comunitária não se trata apenas da comunicação de comunidades, segundo (Peruzzo, 2007, p.137). Esta corresponde:

A todos aqueles processos comunicativos realizados no âmbito de movimentos e organizações populares que lutavam para a consecução dos seus direitos de participação cidadã e melhoria das condições de existência das classes subalternas (...)

A comunicação comunitária surge e se desenvolve articulada aos movimentos populares, como canal de expressão e meio de mobilização e consciencialização das populações residentes em bairros periféricos, submetidas a carências de todas as espécies (...)

A comunicação comunitária permite a conquista da cidadania e, sendo a comunicação um processo de troca entre emissores e receptores numa perspectiva de compreensão mútua, torna-se imprescindível o envolvimento dos órgãos da comunicação social (OCS) neste contexto (estes são organizações comunitárias - trabalham para as comunidades).

Os mídias permitem a circulação em massa das informações, e concedem às informações um valor maior de troca, que beneficiará a melhoria da qualidade de vida do cidadão. É só pensar na estrondosa mudança que as novas tecnologias de informação promoveram na sociedade actual e na grande procura da comunicação social (CS), pelas pessoas quando querem resolver os seus problemas.

A comunicação é algo que não é restrito, e nem se restringe apenas a um pólo comunicacional, ela é ampla e quem a concede esse poder é exactamente os mídias.

A participação é um conceito que não se desprende da comunicação comunitária, já que esta constitui um dos componentes essenciais para a efectivação da mesma. O indivíduo começa a participar na vida social com uma simples escuta de notícias na rádio. Contudo, a participação que requer-se na comunicação comunitária, não

se limita apenas a isto, o indivíduo tem de ser muito mais ousado e capaz, de juntamente com outros, construir a sua própria notícia.

Em Cabo Verde nota-se que as comunidades já se envolvem mais com a comunicação social e sentem a sua importância. Algumas comunidades já deram passos no sentido de gerirem as suas próprias instituições de informação, é o caso daquelas que já possuem as suas próprias estações de rádio (rádios comunitárias), que constituem um elemento muito valioso na promoção do desenvolvimento comunitário.

Quando uma comunidade se mostra activa perante as várias formas de demonstrarem os seus sentimentos, através da CS, estas já possuem a capacidade de auto-gestão, ajuste essencial para a democracia participativa que é um apelo gritante na sociedade moderna de agora.

A capacidade da auto-gestão de recursos é um novo convite da civilização actual. As suas regras denunciam que num grupo (comunidade) todos podem e têm a capacidade de liderança, já que ambos têm uma voz a dar, as opiniões são todas válidas e há uma forte partilha entre os seus membros.

As comunidades que envolvem o nosso país, precisam de revestir-se da capacidade de autogestão, as pessoas comuns e mesmo os estudiosos da área social notam essa falha:

Se para os teóricos funcionalistas uma comunidade é marcada pela harmonia entre os homens a procura de um bem comum. Este conceito está bem longe da realidade, pois não existe comunidade que subsista económica e socialmente sem um vínculo directo com a sociedade na qual se insere, “somente actividades assistencialistas, que não revelam a natureza do problema, são compatíveis com esta concepção. É por esta prisma que são justificadas as acções em prol da reprodução das relações de poder existentes na sociedade”. (Escudero idem)⁴.

Relações Públicas Comunitárias deixando de lado esses ideais funcionalistas, parte então do princípio que existem sim múltiplos problemas na nossa sociedade e ter-se-á de ter a astúcia suficiente, para fazer dos problemas um fio condutor das suas soluções.

⁴ Ídem

Já é tempo de mudar os discursos e consciencializar que os problemas existem mesmo, são muitos e constituem desafios para todos (governantes e governados), a sua solução.

O desenvolvimento social hoje é visto como o fruto de um trabalho conjunto, em rede. Este apenas poderá ser visível numa sociedade onde a capital humana se define conforme propõe Peruzzo (2007, p.13):

“Capacidade das pessoas de fazer coisas novas, exercitando a sua imaginação criadora – o seu desejo, sonho e visão – e se mobilizando para desenvolver atitudes e adquirir os conhecimentos necessários, capazes de permitir a materialização do desejo, a realização do sonho e a viabilização do desejo”.

A proposta das Relações Públicas Comunitárias significa uma mudança do paradigma da área, sugerindo realmente acções que criem canais efectivos de comunicação e valorização do homem como cidadão.

Baseando-se então na teoria dialéctica, com este trabalho, pretende-se através da proposta de acção, baseada na implementação da prática da cidadania e comunicação comunitária, conduzir a comunidade de AGT ao progresso.

Nesta óptica este trabalho, foi desenvolvido no sentido de descobrir através do processo dialéctico, os desejos, ambições e potencialidades dos moradores da comunidade de AGT; de forma que no futuro estes possam ser usados no desenvolvimento das suas atitudes e aquisição dos conhecimentos que lhes permitirão, a materialização e viabilização dos desejos e a realização dos sonhos.

4.3. Conceitos Analíticos

Durante esta pesquisa, recorreu -se a vários conceitos que são de extrema importância para a análise e a compreensão do tema em estudo. Nesta óptica, deste já, ficam expostos as definições dos conceitos chave:

Relações Públicas Comunitárias – “Trabalho de RP comprometido com os interesses dos segmentos sociais organizados ou com o interesse público” (Kunsch & Kunsch, 2007, p.15).

Diante de todo o dinamismo que a sociedade moderna nos apresenta, a preocupação social vem constituindo o principal desafio para qualquer profissional, que de uma forma ou outra se sinta envolvido, por aquilo que preocupa a sociedade.

Relações Públicas Comunitárias estão incumbidas da tarefa de fazer algo pela sociedade, sobretudo pelas classes dominadas pela hegemonia da qual ele próprio já fez parte.

As fórmulas básicas das Relações Públicas que foram iniciadas com Ivy Lee, já concedem espaço a discursos com versões voltadas para a qualidade de vida do homem na comunidade. RP apresenta nesta sua nova faceta de acção, a disponibilidade para trabalhar desta feita a imagem social, através de eventos que incluem muita prática da cidadania⁵.

Escudero, num dos seus artigos⁶, escreveu: “A força das Relações Públicas é ainda pautada na criação de imagens através da promoção de eventos e apoios institucionais e determinadas campanhas, até mesmo sociais. O que questiona nestes apoios, é a sua capacidade de reverter o quadro social e criar verdadeiramente, públicos capazes de corresponder às belas definições de relações públicas.”

As expressões de Escudero deixa-nos perceber que RP possuem forças e, capacidades de promover. Então o desafio que fica é, ele usar dessas capacidades para fazer um trabalho de terreno em prol da comunidade necessitada.

Cidadania – poder de interferir, decidir, criar, construir e usufruir, em condições de igualdade os direitos e deveres por parte por cidadãos.

⁵ Ver o capítulo dos Princípios que Regem as Acções das Relações Públicas Comunitárias.

⁶ Trabalho originalmente publicado na revista Comunicação & Sociedade, editada pelo programa de Pós Graduação em comunicação Social da UMESS.

Kunsch (2007, p.63) diz: “Em princípio a cidadania refere-se aos direitos e às obrigações nas relações entre o estado e o cidadão. Falar da cidadania implica recorrer a aspectos ligados à justiça, direitos, inclusão social, vida digna para as pessoas, respeito aos outros, colectividade e causa pública no âmbito de um Estado-nação”.

Para se trabalhar a cidadania, antes de mais o indivíduo deve possuir e viver o sentido de pertença e de identidade perante uma nação, manifestando a participação activa em todos os domínios da construção social; assim como do desenvolvimento.

A cidadania hoje, graças à globalização, transcende o espaço nacional implicando uma percepção do cidadão em relação ao mundo que o rodeia, manifestando-se no sentimento de pertença, traduzida na atitude e comportamento de “*pensar global e agir local*” – cidadania universal.

A cidadania tem como base a educação. Assim, os pilares da educação para cidadania devem ser bem delineados, de forma que esta possa erguer sobre uma estrutura bem forte e constituída.

São sustentáculos da educação: *o aprender a viver* em grupo, respeitando sempre as diferenças e sendo tolerantes; *aprender a conhecer*, dar aos outros a oportunidade de manifestarem os seus sentimentos e nunca ver o outro como “pessoa estranha” (esquisita); *aprender a ser e a estar*, sendo eu, “aquilo que sou”, devo também aprender a lidar com o outro que é “aquilo que é”, em prol de uma convivência sã; *aprender a fazer*, todos nós somos capazes, é basta querer, que se chega aonde se quer chegar e, com colaboração e sintonia tudo se torna mais fácil.

Em Cabo Verde, falhas inerentes à cidadania são visíveis, na medida em que há limites no gozo dos direitos⁷ e pouca vontade na prática dos deveres sejam elas civis, políticos e principalmente sociais. Este último garante a participação do cidadão na riqueza colectiva e, constitui a principal preocupação das Relações Públicas Comunitárias.

⁷ Muitos não gozam dos direitos porque não há condições de o fazerem ex: Uma pessoa tem o direito à habitação, porém não o consegue ter; uma criança tem direito a uma família (pai e mãe), em Achada Grande Trás a maioria das crianças vivem apenas com a mãe e avó...

Comunidade: Kunsch (2007, p.376, in Language Arts & Disciplines), cita que segundo Maclver e Charles (1973, p.117-31), “a comunidade é definida por como uma área de vida social assinalada por um certo grau de coesão social e as bases da comunidade são localidade e sentimento de comunidade”.

Comunidade é um vocábulo latino que adveio da palavra *communitas*, que por sua vez, deriva de *communis*, comum. “É a qualidade do que é comum, implicando ainda o conceito de comunhão e união” (dicionário da Língua Portuguesa, 7ª edição, Porto Editora, p.444)

Na comunidade de Achada Grande Trás verifica-se uma fraca coesão social, que se reflecte em desorganização por exemplo, de instituições importantes para o desenvolvimento, como é o caso das escolas. “As escolas são abandonadas à mercê dos professores e os pais nunca chegam a escola para saber como andam os filhos e, mesmo em casa não acompanham os filhos que sempre demonstram dificuldades nas escolas” (sentimento partilhado pelos professores da escola primária local).

O sentimento representativo desta comunidade é: uma certa revolta envolvida por uma pobreza significativa dos moradores. As pessoas queixam-se muito, porém quando se propõe algo, ninguém quer saber de fazer a sua parte.

As características da comunidade exigem segundo Diez (1994, p.74) pelo menos seis factores. São eles: “*associação livre de pessoas, unidade de princípios, unidade de objectivos, unidade de acção, relação de amor e disposição para o trabalho*”.

Concordo plenamente com o autor e acrescentaria ainda um sétimo item que seria Relações Públicas Comunitárias, que seria a porta-voz da comunidade, aquele que orienta os grupos sociais, ajudando as suas preocupações a chegarem onde devem chegar.

Desenvolvimento Comunitário – Segundo Ander Egg (1980, p.69) ao citar Carvalho (1999, p.77), o desenvolvimento comunitário é “*uma técnica social de promoção do homem e da mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação activa e democrática da população, no estudo, planeamento, execução de programas ao nível de comunidades de base destinados a melhorar o seu nível de vida*”.

Educação Comunitária – Segundo Juan Diez (1994, p.73) educar para vida comunitária significa “desenvolver a dimensão social e política do homem, criar um sentido de comunidade entre os homens. Forma-se uma comunidade, quando há participação e quando há compromisso”.

Desenvolvimento – significa progresso, este visto como um alto grau de crescimento económico, social, político e tecnológico alcançado por uma sociedade ou um conjunto de nações (Kunsch, 2007, p. 47)

O desenvolvimento de uma sociedade pode ser medido através do grau de participação, incluído nos princípios básicos da cidadania (liberdade e igualdade), expressos e exercitados na forma de direitos e deveres.

O contrário de desenvolvimento é subdesenvolvimento, pelo que Cabo verde já se identifica com a categoria de países de desenvolvimento médio. Doravante precisa de trabalhar muito, através de cooperação entre os elementos da comunidade para se fazer merecer deste título.

Cabo Verde recebe e vive a base de cooperação internacional. É altura de usufruirmos mais da cooperação interna, promulgada pelo próprio país e, pelas comunidades em particular.

A proposta é de um profissional de Relações Públicas Comunitárias para “dar a volta a situação” e promover o desenvolvimento, através da cidadania e comunicação comunitária, podendo contar com o envolvimento de todos. Pois, “quando um não quer dois não faz” e quando dois não fazem por um, todos não beneficiarão.

O desenvolvimento hoje exige um investimento no capital humano e social. Portanto, são novas as concepções, que já não dependem primeiramente de investimentos em tecnologias e industrialização, mas sim: *“pressupõe a participação activa da população local, a sustentabilidade, o respeito a condições e valores autóctones e o retorno dos benefícios aos envolvidos no processo”* (Kunsch, 2007, p.47).

Augusto de Franco (2002, p.51) citado por Peruzzo (2007, p.47) afirma:

Para haver o desenvolvimento, é necessário que haja alteração do capital humano e social (...) Combater a pobreza e a exclusão social não é transformar pessoas e comunidades em beneficiárias passivas e permanentes de programas assistenciais, mas significa, isto sim, fortalecer as capacidades das pessoas e comunidades de satisfazer necessidades, resolver problemas e melhorar sua qualidade de vida.

É de assinalar, desta expressão de Franco que o combate à pobreza deve partir mesmo da iniciativa da comunidade que sendo orientada, pode deixar de esperar que “*o milagre caia do céu*” para apostar nas suas capacidades e numa equipa organizada e activa, para fazer valer as suas ideias.

Comunicação – A comunicação no contexto das Relações Públicas Comunitárias, toma um aspecto muito mais prático dinâmico e directo – comunicação comunitária. Esta, segundo Peruzzo (2007, p.46): “por meio de seus variados processos, que incluem canais de expressão e intercâmbio de informação e de saberes, bem como os mecanismos de relacionamento entre pessoas, públicos e instituições, desempenha papel central na construção da cidadania”.

A comunicação aparece então, como objecto fundamental para a prática da cidadania activa.

Citado por Escudero (2007, p.87), Henriques *et al* (2004 p.19) diz:

Para garantir uma maior efectividade a comunicação dirigida deve ser adoptada quotidianamente pelos movimentos sociais. (...) Ela tem por finalidade transmitir ou conduzir informações, estabelecendo uma comunicação orientada e frequente com um público identificado. Como estratégia de comunicação dirigida, a interacção face a face retoma os contextos interactivos de co-presença, promovendo a proximidade entre os indivíduos e acções mais coesas.

Interacção – é uma acção recíproca entre dois ou mais corpos; intercâmbio de comunicação que se processa entre indivíduos ou grupos de sistema de signos (Dicionário da Língua Portuguesa, 7ª edição, p.1036). Pode-se dizer que a interacção e a comunicação comunitária são dois conceitos interligados.

Não há comunicação comunitária sem a interacção. Esta expressão é muito clara e vai ao encontro as ideias promissoras sobre o conceito interacção. De facto, esta se desenvolve num contexto de cumplicidade e confiança comunicacional.

É crucial que a comunicação seja bem trabalhada numa comunidade como a de Achada Grande Trás e, a longo prazo, pelas Relações Públicas Comunitárias no sentido de projectar bem a necessidade da “intimidade” entre os envolvidos no processo da comunicação comunitária, de modo que a interacção seja na realidade um vínculo forte entre os indivíduos e o sustentáculo das reivindicações populares.

A **Participação** – è um outro conceito que não se desprende das outras duas acima mencionadas (comunicação e interacção) Segundo Peruzzo (2007, p.138) a participação é uma das dimensões essenciais da comunicação comunitária.

Tenório (2004, p.11) ao citar Demo (1993:21) ressalta:

A participação é um processo de conquista não somente na óptica da comunidade ou dos interessados, mais também do técnico, do professor, do pesquisador do intelectual. Todas estas figuras pertencem ao lado privilegiado da sociedade ainda que nem sempre ao mais privilegiado. Tendencialmente buscam manter e aumentar seus privilégios. Se o processo de participação for coerente e consistente, atingiriam tais privilégios, pelo menos no sentido de que a distância entre tais figuras e os pobres deverá diminuir.

A participação é o acto que permite a associação através do pensamento, ela faz com que o indivíduo tome parte das coisas ou acontecimentos e assim comungar das mesmas práticas e acções.

Ainda, segundo Peruzzo (2007, p.139) “a participação pode manifestar-se em diferentes níveis, do mais elementar, o da recepção, até aqueles em que os membros da comunidade actuam como sujeitos activos, como protagonistas no planeamento, na produção na elaboração e mesmo na gestão da comunicação”.

Isto quer dizer que a participação é uma manifestação cidadã responsável e baseada em acções motivadas e frutíferas, onde os objectivos são conjuntamente traçados

e todos têm uma voz a dar e uma oportunidade para gerir a comunicação. RPC têm a função de facilitador, no processo de acção colectiva tanto dentro do grupo, ou relativamente ao público externo, entidades de têm a ligação com a comunidade e associação; tentando sempre conquistar aliados.

5. RELAÇÕES PÚBLICAS: UM NOVO DISCURSO

Relações Públicas é conhecida tradicionalmente, como ramo da comunicação social, que forma profissionais, cujas funções se direccionam à área institucional, desenvolvendo funções de assessoria, consultoria, pesquisa, planeamento, execução e avaliação.

O conceito de Relações Públicas é novo ainda no contexto cabo-verdiano e do próprio discurso praticado no país. Precisa-se trabalhar então muito bem a sua entrada, de forma que se entenda que o discurso desses profissionais podem não ser apenas para a defesa organizacional, mas também para a protecção das comunidades carentes.

Diante de todos os desafios que o país enfrenta⁸, a entrada das Relações Públicas no grupo dos profissionais que Cabo Verde, devia ser revestida de estratégias, tal que esses, além das empresas e instituições, possam optar por trabalhos ligados à comunidade (RPC).

Relações Públicas Comunitárias juntamente com os profissionais da sociologia, antropologia e outros, podiam traçar planos estratégicos sustentados por discursos, que promovam o desenvolvimento das comunidades e do país em geral; cultivando os hábitos salutareos inerentes à cidadania, interacção e colaboração para a formação e progresso pessoal e social.

Já confirmara Peruzzo (1986, p.34), citado por Goussain Murade (2007, p.152), quando expressa que “relações públicas são actividades que tem por base actuar sobre a mente das pessoas na busca de harmonizar interesses entre instituições e seus públicos”.

⁸ Problemas sociais tais como o desemprego, delinquência juvenil, violências de várias ordens; insucesso escolar entre outros.

Hoje em dia, com a sociedade que se nos apresenta, torna-se pertinente alterar um pouco o rumo das “coisas”; os discursos já merecem reformulações e os alvos redimensionamento.

Os detentores do poder precisam apostar mais num discurso verdadeiros e sincero, RP como estratégia de comunicação e, agora passando para o lado da defesa popular ou comunitária, terão de trabalhar os argumentos e criar neles um efeito boomerang (balas mágicas). Agora a voz e o poder do discurso e da prática, parte dos mais fracos quando estes agem em colaboração. Goussain (2007.p.150) defende:

O discurso adquire importância pelas relações de consenso e dissenso que dele resultam. As relações públicas tradicionalmente a serviço das empresas e dos porta-vozes do discurso hegemónico geram consenso, possibilitando a persuasão dos grupos e a viabilização das práticas organizacionais. O exercício do discurso público pelos grupos populares permitem a construção e a reconstrução da realidade e pode resultar em cidadania quando consegue torna-se dissenso em relação às ideias práticas de dominação. As relações públicas podem contribuir, por meio de instrumentos técnicos de comunicação, para a cidadania dos grupos populares e, por meio do dissenso dialógico, para a superação do consenso.

Se Relações Públicas durante toda a sua formação aprende a ser o gestor da comunicação e do discurso, agora, mais do que nunca, no contexto económico e social que o mundo vive e consequentemente Cabo Verde, agora, é a vez de as comunidades usufruírem do discurso, sob a orientação das Relações Públicas Comunitárias e desta feita apoderarem da vez e da voz.

Chauí (1997, p.7), citado por Goussain Murade 2007, p.154) diz: “O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância.”

Então, pode-se dizer que o discurso dominante ou competente, já teve seu tempo de sucesso em Cabo Verde, mesmo sem a presença dos profissionais de Relações Públicas Comunitárias; os tempos são outros, os desafios e exigências também.

A sociedade contemporânea é muito crítica e aposta muito na democratização (efeitos da globalização). Os hegemónicos (donos do discurso) já perdem o poder, as comunidades já sentem na pele os sintomas da exclusão social e, as revoltas⁹, são bem visíveis. Abrão (2003, p. 73) salientou:

Os excluídos estão separados não só da sociedade, mas dos próprios processos de que dependem a sua exclusão. A única resposta possível seria reforçar a modalidade de integração do indivíduo no plano profissional, comunitário, com todas as implicações de normatividade de modelos de integração eficiente: a integração normativa é outra face da moeda da fragmentação individual.

A comunidade precisa saber e entender das “coisas” e ninguém melhor que as Relações Públicas Comunitárias, o gestor da comunicação comunitária para desempenhar esse papel, de levar as informações e significados às mesmas, eliminando a priori a exclusão perante o entendimento e possibilitando a posteriori a inclusão social, através da igualdade de direitos.

O exercício do discurso público pelos grupos populares permite a construção e a reconstrução da realidade e pode resultar em cidadania, quando consegue tornar-se dissenso em relação às ideias e às práticas de dominação.

As Relações Públicas Comunitárias podem contribuir, por meio de instrumentos e técnicas de comunicação comunitária, para a cidadania dos grupos populares e, por meio do dissenso dialógico, a superação do consenso.

É altura de se explorar o que de facto se passa na sociedade, o desgasto gerado pelo domínio do consenso projectado pela minoria patrono apresenta desgastes e, o apelo à cidadania praxe é muito forte.

Nesse ambiente que se desenha, agora mais do que um discurso e mais do que Relações Públicas de gabinete, torna-se necessário o surgimento duma voz, um agente, que, através da comunicação comunitária, possa construir a cidadania; possibilitando

⁹ Essas revoltas incluem de tudo um pouco – crianças e adolescentes que já demonstram pouco interesse pelos estudos e mais pela violência; pais que já não assumem os filhos; jovens que não querem respeitar ninguém; escolas que já se apresentam impotentes perante manifestações da indisciplina....

novas formas de actuação para esse profissional e oferecendo alternativas à sociedade civil e as comunidades mais carentes.

Tudo o que já se referiu fica resumido em dois conceitos fundamentais que foram bem desenvolvidas na obra *Relações Públicas Comunitárias: A comunicação em uma Perspectiva Dialógica e Transformadora* dos organizadores Margarida Kunsh e Waldemar Kunsh (p.156-157) – O consenso e o dissenso.

O consenso é muitas vezes o próprio resultado da acção discursiva da classe dominante, e o dissenso é apresentado por McLaren (2000, p.22), citado por Murade (2007, p.156) como uma forma de resistência discursiva que vai ao encontro das necessidades de emancipação dos grupos sociais. Desse modo:

“Os críticos podem avançar no desenvolvimento de uma linguagem que fale melhor ao povo, e, não apenas sobre ele, com relação ao que é possível tornar-se em um mundo que violentamente coopta a identidade das pessoas para torná-la ridícula”.

Assim, fazendo uma análise social, baseada nas actividades comunitárias e nas mobilizações sociais, fecha-se esse capítulo com as ideias de Freire (1987, p.79), citado por Murade (idem, p.157): “os oprimidos passam a pensar e julgar a realidade – leitura do mundo¹⁰ - e para transformá-la, devem, pelo discurso dialogicamente, desenvolver uma consciência colectiva da sua própria constituição”:

O diálogo é uma existência existencial. E se ele é o encontro em que se solidarizam e reflectir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um acto de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos postulantes.

Assim, os cidadãos verdadeiros seriam então aqueles que identificam de forma crítica os vários discursos que lhe são apresentados, fazendo a sua própria interpretação do mundo.

¹⁰ - Para Freire (2000, p. 107), citado por Murade (2007, p. 157) “leitura do mundo crítica implica o exercício da curiosidade e o seu desafio para que se saiba defender das armadilhas sociais, por exemplo que lhe põe no caminho as ideologias”

5.1. Relações Públicas Comunitárias o “eu” na pessoa do “outro”

Entraria esta questão com poema costurado por mim:

Trabalhar com a comunidade é fazer-se despir da “sua pessoa” para viver a pessoa do outro;

é livrar-se de todas as emoções e sensibilidades para viver a sensibilidade e emoções da comunidade;

é sentir-se envolvido e afectado pelos problemas da comunidade e ao mesmo tempo saber, que medidas poderão ser tomadas para combatê-las;

é usar da arma comunicação, não para ferir mas, para tocar no “ponto humano” (coração), (Haidée, 2012).

Relações Públicas Comunitárias é o agente ideal para a comunidade moderna (cabo-verdiana) que é muito crítica mas, ainda não sabe como usar das palavras para conseguir o que deseja.

Com esse raciocínio, colaborar com as Relações Públicas Comunitárias seria:

- ✓ Ser activo e participativo;
- ✓ Ser um cidadão confiante nas potencialidades;
- ✓ Exigir o que lhe cabe por direito;
- ✓ Pautar pela democracia e cumprir com os deveres sociais;
- ✓ Apostar na educação e valorização do capital humano

E, enfim...

- ✓ Formar uma rede de comunicação sem ninguém à frente mas todos na mesma linha.

A hegemonia hoje, já não é apenas para as classes dominantes mas, o discurso já está na boca do povo, que têm de, propositadamente saber usá-lo em prol do desenvolvimento comunitário.

A altura é de, parar de apontar o dedo ao outro para afirmar por conta própria: Esta é a minha responsabilidade e assumo-a responsabilmente – não podendo por si... procurar aliados (formar a tal rede de força e comunicação).

5.2. A Educação como Vector para a Prática da Cidadania

A educação é um aspecto de extrema importância para o desenvolvimento pessoal e interpessoal. Em Cabo Verde têm-se apostado muito na educação, mas não sei se esta aposta tem sido da melhor forma, já que têm-se verificado muitas dificuldades na área¹¹.

Falando da comunidade em estudo (Achada Grande Trás), podia-se fazer uma projecção breve sobre aquilo que se considera a base, o sustentáculo para o desenvolvimento comunitário e do país em geral – *a educação* – aquela que se aprende e se aperfeiçoa nas escolas, idem...

Para tal referência, eu citávamos o autor Diez¹² (1982, p.8), que diz-nos:

A tendência para uma maior relação família – escola obedece a várias causas. Uma delas é o sentido que a sociedade actual tem da responsabilidade na educação integral dos filhos, responsabilidade que não se condescende com o abandono despreocupado da sua educação nas mãos dos professores por mais excelentes que sejam, reservando os pais para si exclusivamente, a atenção ao desenvolvimento fisiológico dos filhos, sem colaborar com os restantes educadores no desenvolvimento de todas as dimensões da personalidade.

Passando as ideias de Diez, para a realidade cabo-verdiana, mais concretamente da comunidade de Achada Grande Trás, diríamos que os pais desta zona, os poucos que têm ao seu cuidado os filhos¹³, deixam cair a totalidade do peso da educação destes sobre os professores que, segundo consta, pelas dificuldades que a escola enfrenta, já não estão

¹¹ Dificuldades que vão desde o número de reprovações e abandono escolar até delinquências nas escolas (primárias e secundárias)

¹² Obra: Família - Escola, Uma relação Vital, Porto Editora Lda. - 1994

¹³ Em Achada Grande Trás, num horizonte de 400 alunos do ensino básico, 30 são órfãos e mais de metade não vive com a família (pai e mãe) – (Dados conseguidos junto da escola do EBI)

a dar a “conta do recado”, e com este ritmo, a base (ensino básico) está se desmoronando, sem permitir a finalização da construção humana e pessoal, tão importante para a cidadania.

Diante desta situação, o desenvolvimento fica no entrave, não se podendo construir o país ou a comunidade. Tudo fica sujeito a desgastes constantes e, a liberdade fica mal interpretada¹⁴.

5.3. Como pode RPC entrar nessa situação e invertê-lo

Relações Públicas Comunitárias procura trabalhar cada vez mais no sentido de adquirir mais competências, através de: maior participação na educação e cultura; integração em projectos locais e propondo novos projectos à comunidade; negociando com o poder público no sentido de interferir em acções propostas pela comunidade; criação de clubes e associações para as mais diversas camadas sociais (desporto, danças e músicas, espaços de lazer convívio e discussão de ideias...).

A comunidade por sua vez deve conhecer as demandas dos “novos” valores, onde a liberdade de expressão se conjuga, com a organização para uma participação activa e directa no desenvolvimento local.

A nova era exige que cada comunidade se responsabilize pelo seu progresso, administrando os seus próprios recursos, grupos e organizações através de directoria eleitas democraticamente e onde todos têm a voz.

Todos devem ter a consciência que o governo e o poder local já não conseguem responder a tantas contendas da *nova sociedade*, e a população deve e pode agir directamente sobre os seus planos e desejos, sob a orientação das Relações Públicas Comunitárias e não só.

¹⁴ A liberdade hoje é interpretada como desobediência. As crianças, jovens e adolescentes que se têm como futuro, só fazem o que querem e acham correcto. Mutas vezes as suas verdades não condizem com a realidade porque não deixam os conceitos amadurecerem nas suas consciências.

5.4. Princípios Orientadores

Introduziríamos este capítulo dos princípios que regem as acções das Relações Públicas Comunitárias com o texto de Ana Lúcia Romero Novelli que dita:

A sociedade civil, quando compreendeu a impossibilidade de o estado resolver grande parte dos problemas estruturais que rondam a sociedade, passou a intensificar antigas práticas de solidariedade por uma nova óptica. Foi o despertar da co-responsabilidade, pelos rumos do país e de seu povo. Esta consciência de que os destinos da sociedade podem estar nas mãos do próprio povo fez que os indivíduos privados, organizadas em entidades privadas, viessem a acuar de maneira a garantir o interesse público, seja na forma de organização não governamentais ou nas próprias empresas privadas.

O trabalho das Relações Públicas Comunitárias é nobre e exige muita disposição da pessoa ou profissional que a pratica. É um trabalho comprometido com as causas sociais e, não descarta nunca o papel do serviço de equipa para a concretização dos sonhos de uma comunidade, que é convidada a acordar para uma realidade que exige muita solidariedade e co-responsabilidade.

Peruzzo (1993, p.125), num dos artigos¹⁵, afirma: “Relações públicas populares, ou comunitárias, são aquelas comprometidas fundamentalmente com a transformação da sociedade e com a instituição da igualdade social. Elas têm a ver com a concepção de mundo e com uma concepção de homem que”:

- A) *Acredita no homem, na sua potencialidade de construir uma sociedade justa e livre.*
- B) *Que enxerga a desigualdade social, as contradições de classes e quer o bem-estar, a plenitude dos direitos da cidadania assegurados para todos os seres humanos.*
- C) *Acredita nas possibilidades de mudança. E na sociedade civil como gestora de mudanças e de nova hegemonia.*

¹⁵ As Relações Públicas Frente ao Desenvolvimento Comunitário: Trabalho originalmente publicado na revista Comunicação & Sociedade, editada pelo programa de Pós Graduação em comunicação Social da UMESP

D) Implica na interdisciplinaridade entre vários campos do conhecimento e da acção político - educativa.

E) Que se realizem de modo orgânico ao interesse público e preferencialmente inseridas em experiências concretas e alicerçadas na metodologia de uma educação popular libertadora.

F) Favoreça a acção colectiva, a autonomia, a partilha do poder de decisão, a co-responsabilidade (tanto pelas práticas participativas como pela implantação de políticas públicas em conformidade com as necessidades e interesses da comunidade) e, claro, respeitando a dinâmica própria, dos movimentos onde se inserem.

Todas essas alíneas de propósitos que o cidadão deve cultivar, não afastam a possibilidade de contradições. Aliás, estas fazem parte de cada uma delas. Então, RPC, como o gestor de comunicação comunitária, sabe usar das controvérsias para cair em respostas e soluções plausíveis. Esses reúnem um conjunto de tarefas e técnicas que consistem:

- ✓ Diagnósticos de situações e acções a implementar;
- ✓ Investigação sobre a preferência participativa dos elementos da comunidade;
- ✓ Aproximação com os líderes comunitários, associações comunitárias, escolas, igrejas, grupos diversos já existentes;
- ✓ Incrementação da comunicação entre grupos;
- ✓ Criação de rede de comunicação e informação comunitária;
- ✓ Cumplicidade relacional com os vários organismos da sociedade civil: Órgãos de comunicação social, ONGs, professores, jornalistas, advogados entre outros;
- ✓ Relacionamento adequado político e local;
- ✓ Elaboração de instrumentos de comunicação comunitária (cartazes, folhetos, comunicados, vídeos...);
- ✓ Organização de eventos educativos, culturais, formações, exposições artísticas, feiras...;

- ✓ Escolha de meios adequados para encaminhamento das reivindicações populares junto dos órgãos competentes;
- ✓ Preparação de reuniões e entrevistas colectivas;
- ✓ Documentação e arquivo da história do movimento comunitário.

Todas essas técnicas de Relações Públicas no campo comunitário devem seguir os objectivos e necessidades de cada caso específico.

Contudo, a comunidade de Achada Grande Trás, apresenta-se como uma comunidade muito parada onde os elementos usufruem de pouca confiança nas suas capacidades. Este facto torna o trabalho do profissional de RPC muito difícil porém, sem deixar de ser um grande desafio.

Qualquer dos serviços e acções realizadas pelas RPC seguem o modelo acima delineado e espera-se dar a volta a situação e modificar um pouco a comunidade em estudo.

5.5. Educação Para a Vida Comunitária

Segundo Diez¹⁶, “educar para a vida comunitária significa desenvolver a dimensão social e política do homem. “Ora, o desenvolvimento social é um aspecto que envolve vários itens que vão desde o relacionamento entre as pessoas, até o relacionamento entre pessoas instituições e vice-versa” (Diez, 1994, p.73).

A sociabilidade inclui ainda os comportamentos elementares de cortesia, respeito e, o compromisso profundo com a emancipação do homem, passando pela inserção activa nas estruturas económicas e culturais da humanidade. Diez ainda ressalta que:

A educação política pretende que o homem tome a consciência da responsabilidade que lhe cabe no bom andamento da comunidade, e também que participe activamente, se for preciso e se sentir vocacionado para isso, nas

¹⁶ Obra: Família – Escola, uma relação vital (1994, p.73)

estruturas de governação, com o fim de servir não os interesses de um partido, mais os interesses da comunidade.

Acompanhando o raciocínio de Diez, mas, na óptica das Relações Públicas Comunitárias, dir-se-ia que a comunidade, na pessoa de cada um dos seus elementos, deve ter a responsabilidade de zelar para o bom funcionamento da sua localidade, participando fortemente no seu desenvolvimento.

Hoje, a comunidade pode sim ter poder para resolver os problemas através de um espírito político de associativismo local, chegando junto das entidades competentes para reivindicar os direitos e partindo da assembleia do povo, pelo povo (associações comunitárias, as mais diversas).

Então, educar para a comunidade é criar um espírito de equipa e colaboração entre os homens. Só se forma verdadeiramente uma comunidade quando, há uma participação e compromisso forte com o “todo” comunitário.

O primeiro passo para a construção de uma comunidade é obviamente o espírito de participação, conceito que nos tempos actuais necessita de precisão para evitar más interpretações.

Neste sentido participar não é apenas fazer parte, mas, tomar parte (a parte que lhe cabe) na vida da comunidade.

Segundo Diez: “Estar educado para a vida comunitária é ter a consciência da própria identidade dentro de uma determinada comunidade – quer ela seja familiar, educativa, política, religiosa, cultural (...)” (Juan Diez, 1994, p.74).

A consciência torna-se assim, o pano de fundo da vida comunitária e, RPC é o responsável pelo cultivo dessa mesma consciência; despertando no outro a importância do papel a desempenhar para o bem comum, o que seria o mesmo que ter a noção do grau e campo de participação a que se tem o direito e dever.

Para terminar este capítulo, afirmar-se-ia que, a participação constitui a realização de um compromisso que se tem com a sociedade, ela é não só um direito de

cada elemento da comunidade, mas também uma obrigação que este tem para com os demais.

Desta forma, quem não aceita o compromisso que a vida comunitária exige, não está preparada para a vida comunitária que se reduz segundo Juan Diez (idem), “na entrega de si mesmo aos outros”.

5.6. A Comunicação Comunitária

É praticamente impossível analisar o conceito Relações Públicas Comunitárias sem se aprofundar o conceito e a prática da comunicação comunitária, que por sua vez não se desprende da prática da cidadania, em favor da população oprimida e seus movimentos.

A comunicação comunitária funciona como a principal ferramenta para as reivindicações populares e ao mesmo tempo, como a principal forma da população ver a as suas reivindicações concretizadas.

Uma comunicação comunitária, definido por Thompson (1998, p.78), citada por Escudero (2007, p.86) é definida como uma forma de comunicação que necessita “ocorrer em um contexto de co-presença” ter um “carácter dialógico”.

Neste tipo de comunicação os indivíduos têm necessariamente de partilhar o mesmo espaço-tempo para que esta possa efectivamente se concretizar. É uma comunicação que retoma as bases comunicacionais sem deixar se interferir pelas tecnologias de comunicação, deixando de lado os suportes tecnológicos e mediáticos da sociedade globalizada para se agarrar de novo no contacto pessoal e mesmo permanente.

A comunicação comunitária é uma comunicação que propõe, como profere Escudero (2007, p.86): “uma interacção “face a face”, tentando resgatar a importância dos vínculos entre os sujeitos da comunicação e da criação de um espaço em que os laços de amizade, confiança e legitimidade possam ser mais fortes e duradouros, tornando-se naquilo que não é imposto mas compartilhado”.

O carácter da comunicação comunitária é dialógico, isto é o dialogo é persistente constituindo a base do entendimento, a participação é activa, o envolvimento total, dirigida e orientada, adequando a linguagem a cada situação. Só por meio desta comunicação se consegue o vínculo entre os vários elementos que integram o trabalho das RPC.

Como estratégia de comunicação de comunicação comunitária, as Relações Públicas Comunitárias dirigem as classes com menores condições de organização e, comprometidos com as transformações sociais e políticas, esta prática comunitária auxilia os movimentos sociais dando-lhes, forças e resistência perante a classe opressora (os hegemónicos) e servindo-lhes de guia para alcançarem os objectivos.

A sociedade de então é dinâmica e os movimentos sociais só funcionam, “nadando contra a maré” como dizia Paulo Alfama, músico cabo-verdiano, numa das suas composições musicais “Kontra maré” (2005).

Paulo, foi um grande activista social que teve grandes preocupações com a sociedade e fez grandes projectos e acções para a sociedade. Ele, numa entrevista ao jornal A Semana (27 Abril 2010), já se assumia como “inconformista”, preocupado com as suas raízes culturais e entrega ao próximo através do escutismo e trabalho voluntário. “Quando digo que se fala muito e faz-se pouco, é porque, pelo que vejo, muitos jovens refugiam-se em ideias bonitas que às vezes nem sequer entendem nem os preenche totalmente. E esse vazio abre espaço a subterfúgios como a droga, por exemplo”.

Queria-se aproveitar as ideias desse grande homem cabo-verdiano para alargar o conceito da comunicação comunitária através dessa referência porque acha-se que Paulo foi um grande aplicador deste tipo de comunicação e com a classe muito apropriada (crianças e jovens escuteiros).

Paulo geriu e instruiu grupos, fomentou o espírito de equipa e solidariedade, no seio dos jovens e sobretudo incutiu nos jovens (seus seguidores – escuteiros) a capacidade da comunicação comunitária, apesar de esta não ser identificada na altura com tal nome.

Festa (1984, p.68), estudiosa da comunicação alternativa popular, citado por Escudero idem, pag.3) refuta:

Os anos setenta foram um processo de aprendizagem recíproco e dialéctico e os intelectuais orgânicos às classes dominadas e seus participantes, apesar de todo o verticalismo que persistiu em muitas experiências”. Segundo a autora foi uma época em que “ muito se dizia e pouco se comunicava por todo o país.

A população pode parecer parada e omissa, mas é bom se considerar que ela sabe que existe os direitos e deveres humanos, apesar de não os conhecerem de cor e nem praticar-lhes na íntegra.

A proposta das Relações Públicas Comunitárias surge no sentido de orientar a população pelos seus direitos e deveres, partindo da prática e da conquista da cidadania local e territorial para o seu desenvolvimento humano e social.

Sendo a comunicação um acto de partilha, RPC devem escutar os anseios da comunidade e juntos traçarem estratégias práticas. As informações devem ser claras e concisas de forma que todos possam ter acesso as mesmas.

A comunicação traz consigo a capacidade de resolver os conflitos, pelo que esta deve ser gerida no sentido de transformar as discórdias em acordos e conciliações.

A comunicação comunitária torna-se hoje, uma necessidade local e trata-se de uma comunicação que tem como objectivo servir a comunidade e, a sua prática permite a comunidade alcançar os seus objectivos e realizar os seus anseios.

Quando desenvolvida sobre as bases democráticas, a comunicação popular transfere à comunidade o poder e a capacidade da autogestão.

A autogestão implica a capacidade dos elementos da comunidade gerirem os seus próprios recursos. Peruzzo, (2007, p.144), ao citar Nascimento, 2004,p.2) afirma:

Autogestão é a gestão permanente de um modelo de socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos se encontram nas mãos dos produtores cidadãos, organizados livre e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia directa,

a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões dos cargos e dos acordos.

A proposta “*cidadão da comunicação*” aparece aqui, como uma sugestão para a resolução de todas as questões que tangem uma comunidade. Abre-se sim uma luta, onde as armas são as palavras revestidas de uma “magia”, tal qual se consegue penetrar o coração de todos que a elas se sujeitarem no sentido de dizer: Vamos nos unir, na partilha e solidariedade para o bem comum.

5.7. Plano de Acção das Relações Públicas Comunitárias

Como se tem referido ao longo desta pesquisa, o trabalho das Relações Públicas Comunitárias exige muita participação e interesse colectivo. Ora, a comunidade tem de reunir um conjunto de qualidades, como é o caso do interesse em superar as dificuldades e sobretudo os conflitos; caso contrário o desempenho das RPC fica comprometido.

Portanto, não basta apenas a competência e o saber do profissional, mas também o momento que tal saber é compartilhado com o público, afim deste ser instrumentalizado no intuito de superar técnica e criticamente o conflito.

O trabalho comunitário requer constante avaliação entre as partes envolvidas. Assim, o trabalho de equipa seria indispensável ou, caso isso não seja possível, deve-se até recorrer ao apoio de outros profissionais (sociólogos, antropólogos e mesmo psicólogos), para se evitar as actuações voltadas para o interesse pessoal e sobretudo conceder mais força e probabilidade de sucessos das acções.

Segundo Escudero¹⁷, basicamente o trabalho das Relações Públicas Comunitárias percorre as seguintes etapas:

- ✓ Reconhecimento dos conflitos;
- ✓ Problematização da realidade;
- ✓ Caracterização dos públicos envolvidos;

¹⁷ As Relações Públicas Frente ao Desenvolvimento Comunitário: Trabalho originalmente publicado na revista Comunicação & Sociedade, editada pelo programa de Pós Graduação em comunicação Social da UMESP

- ✓ Levantamento das prioridades;
- ✓ Consulta a especialistas – Conquista dos aliados;
- ✓ Estratégia de acção;
- ✓ Avaliação.

Estas etapas não têm um seguimento linear e Relações Públicas Comunitárias no seu desempenho, actua conforme a realidade exigir e as necessidades se fazerem sentir.

“O prioritário é o conhecimento da realidade e o respeito às suas características. Valendo-se destes princípios, as acções são desencadeadas naturalmente, num processo fecundo de comunicação horizontal”. (Escurero, idem, p.6).

O primeiro passo das Relações Públicas Comunitárias é conquistar a confiança do grupo. Cada elemento do grupo é diferente do outro e o profissional por sua vez é diferente e acumula um saber, uma história de vida que segue outros referenciais.

Portanto, longe de se pensar em melhores ou piores deve-se pensar em pessoas diferentes e, a consciência desta diferença é primordial para a etapa da conquista. Todos têm alguma contribuição a dar e, só quando se assume as diferenças é que o saber é compartilhado.

A comunicação consiste exactamente na troca entre os pólos distintos, na busca da comunhão de saberes e permuta de informações para transformar situações.

A principal forma de se conseguir um diagnóstico da realidade comunitária é através da convivência com os seus elementos integrantes.

Como refuta Escudero “ é no momento da problematização da realidade que percebemos o movimento social, os grupos e subgrupos, lideranças, jogos de interesse, diferenças políticas e os aspectos sociais, culturais e económicos da comunidade” (Escudero)¹⁸

¹⁸ Idem

6. ACHADA GRANDE TRÁS: CARACTERIZAÇÃO GERAL

6.1. História e Geografia

Achada Grande Trás faz parte de um conjunto de planaltos que compõe a cidade da Praia. Localizada à aproximadamente 3km e meio do Platô e ocupando a parte Sul da mesma, pressupõe-se ser um dos mais antigos bairros da capital a seguir a Achada Grande Frente (AGF).

Conforme relata a história, contado na pessoa de Marcelino Correia, conhecido por Nhô Mulato, de 75 anos de idade, “AGT é uma zona que surgiu com o êxodo rural, as pessoas (oriundas do interior de Santiago, actual concelho de Santa Cruz) fugindo da fome e outros problemas que lhes dificultavam a vida, deixaram o campo, rumo à cidade; instalando-se o mais perto possível de Praia Maria, a actual cidade da Praia; escolheram Achada Grande Frente para se fixarem.”

Essas pessoas, não encontrando grandes opções de vida na cidade, dedicavam à pesca e criação de gado, (bovinos, caprinos e suínos). Então como diz a história, AGT foi descoberta pelos porcos ou graças aos porcos – É que os criadores de AGF começaram a notar estranheza nos seus porcos que começaram a desaparecer durante partes do dia e reaparecendo de novo sujos de lama, sem no entanto se verificar as suas presenças nos arredores.

Foi, desse modo que os donos passaram a segui-los, deparando então com a zona que dispunha de muita água, elemento de interesse básico para o povoamento de qualquer lugar.

Assim Achada Grande Trás começou a ser habitada e recebeu este nome exactamente por localizar-se atrás de Achada Grande que ficou diferenciada com o item Frente (Achada Grande Frente).

Os moradores de AGT, seguindo a mesma linha de actividade praticada no campo (concelho de Santa Cruz), continuaram a viver das actividades primárias e não

abriram nunca a mão dos seus terrenos no interior, que eram cultivados anualmente, sustentando o pasto na Praia – AGT.

Sendo o bairro circulado pelo mar, a pesca tornou-se uma grande opção; pelo que até hoje esse constitui um dos maiores bairros piscatórios da capital. Desde criança, “os filhos homem”, acompanham o pai à faina, ficando logo com a paixão pela actividade.

Quanto à criação de gado, pode-se dizer que isto é mesmo de sangue, até então cria-se vacas cabras e ovelhas e porcos em várias casas da comunidade que até então apresentam-se com aquela estrutura tradicional marcada pelo desgaste mas, firme na posição e determinação dos proprietários.

6.2. Progressão das Habitações e Infra-estruturas

Segundo relato dos habitantes mais antigos, inicialmente, meados dos anos 40-50, como contam as personalidades mais antigas (Hipólito da Veiga, Domingos Robalo, Fernando jorge Tavares e Marcelino Correia) as casas eram poucas e as profissões das pessoas não passavam de pastores, agricultores e pescadores.

Com a independência em 1975, as casas de habitações e os moradores começaram a aumentar (descendentes ali gerados e outros ancestrais vindos do interior). Como disse Hipólito, “ com a independência cada um passou a responsabilizar-se pela sua pessoa”.

Já “entre os anos 76 a 82 já se contabilizavam 72 casas”, conforme confirma Hipólito, que desempenhou importantes papel na zona, como é o caso de membro da Comissão dos moradores da zona e primeiro secretário do PAICV entre os anos 80 a 93.

Segundo ainda, o relato de Hipólito, depois da independência começaram a infra-estruturação da zona com a construção da estrada principal, que começava da actual entrada de AGT e terminava à frente da casa de Nei (um mrador). Portanto, não abrangia nem a metade da zona e da circulação principal.

Na mesma sequência foi construída também a ponte que liga os dois Léns (Frente e Trás), mas esta não foi concluída, ficando sem o calcetamento. A estrada foi construída pelas obras públicas e só foi retomada nos anos 2000, com a câmara de Felisberto Vieira que lhe prolongou até o Lém de Trás (actualmente conhecido como Marrocos).

O primeiro chafariz, foi construída por volta dos anos 85-86, alimentando os dois Léns, como era conhecido os dois planaltos que constituem a comunidade.

Quanto à escola, a primeira que AGT teve, foi por volta dos anos 86-87. Até então, as crianças os poucos que frequentavam a escola, seria em AGF e Lém Ferreira.

A comunidade de AGT começou a aumentar mesmo, com o plano de urbanização da zona por volta dos anos 91, com a construção das habitações sociais pelo actual presidente da Câmara, Jacinto Santos, que foram distribuídas em duas fases, alojando as famílias provenientes dos bairros de Taiti, Santa Aninha e outras localidades da capital.

Achada Grande Trás, só pôde beneficiar-se da energia eléctrica por volta dos anos 96.

A actual capela foi construída por volta dos anos 86-87, graças a ajudas e cooperação, tanto de pessoas como de empresas, sem deixar de contar, é claro com o apoio da igreja paroquial.

O centro de saúde foi construída muito recentemente, constituindo uma grande satisfação e grandeza para a comunidade, atendendo pacientes das localidades vizinhas.

A praça, da comunidade é da mesma época que o centro de saúde e situando-se perto deste e da capela, é ainda muito pouco aproveitada.

Dentro do desenho da comunidade de AGT, ainda se pode contar um espaço muito degradado, ocupado por barracas, num total de doze, acolhendo famílias, talvez as mais carenciadas da comunidade.

Quadro 1: População residente e agregados familiares por zonas e lugares, Achada Grande Trás, ano 2000

Zona / Lugar E Sexo	População Residente	Agregados por sexo do chefe	Pop. res. menos de 15 anos	Pop. res. 15 a 64 anos	Pop. res. 65 e mais	Pop. res. 4-12 anos			Pop. res. 15 anos e + alfabet.	Pop. res. 15 anos e + activo	Mulheres 15 - 49 anos
						Pre- escolar	EBI	Secundário			
Ambos sexos	2.060	370	1.014	984	60	112	429	10	773	762	
Masculino	968	207	514	435	19	56	212	4	387	351	
Feminino	1.092	163	500	549	41	56	217	6	386	411	708

Fonte INECV, censo 2000

Quadro 2: Evolução da população residente e agregados familiares de Achada Grande Trás, ano 2010

Zona	Sexo	População residente	Agregados por sexo do representante	Idade			Activos com 15 anos ou mais
				Menos de 15 anos	Entre 15 e 64	Mais de 65	
Achada Grande Tras	Total	2958	638	1035	1855	67	1258
	Masculino	1416	329	499	896	21	661
	Feminino	1542	309	536	959	46	597

Fonte INECV, censo 2010

7. METODOLOGIA DE PESQUISA

Esse trabalho se encontra repartido em duas fases: primeiro foi feita uma exaustiva revisão da literatura disponível sobre o tema de pesquisa. Para tal recorreu-se a uma vasta bibliografia, composta por obras de referência, jornais, artigos científicos, órgãos de comunicação, fotografias documentos online entre outros; menções essas que ajudaram a estabelecer um campo teórico de acção com vista a delimitação de objectivos e hipóteses dessa pesquisa.

Em segundo lugar, para a recolha de dados primários realizou-se um trabalho de campo (pesquisa e acção), onde se procurou compreender o modo de vida da comunidade de Achada Grande Trás, através de um trabalho intensivo no terreno e de práticas em simultâneo, de acções em prol da cidadania e desenvolvimento.

O trabalho de campo foi feito de uma forma activa e participativa usando o processo indutivo, onde o modo de vida dos moradores da comunidade foi explorada e analisada, de modo que se possa estar em condições de propor medidas e acções, no sentido de promover o desenvolvimento, baseado na cidadania comunicação comunitária e valorização do capital humano social.

Neste âmbito, a metodologia de pesquisa teve um enfoque **qualitativo**, com uma observação directa e participante, conversação e entrevistas e mesmo promoção de acções e actividades que accionaram a formação de grupos e participação em actividades de promoção da cidadania e desenvolvimento (reuniões, encontros com líderes comunitários, responsáveis pelas empresas, eventos com a presença dos mídias entre outras).

Como afirma António Firmino da Costa ¹⁹(ponto de vista sociológico) “ É através da observação directa e da comunicação com outros processos de interacção, que têm por suporte o quadro de relações sociais em que estão inseridos tanto os observados como o observador, que a informação sobre as realidades sociais que pretendemos conhecer nos chega”.

¹⁹ António Firmino da Costa, “A pesquisa de Terreno em Sociologia” pp129,p135,in A; Silva; J. M.Pinto, Metodologia das Ciências Sociais, Edições Afrontação 1986.

A pesquisa implementada, para o desenvolvimento do tema *Relações Públicas Comunitárias como Promotor da Cidadania e Comunicação para o Desenvolvimento Comunitário* abrangeu o campo e o esquema de aplicação das Relações Públicas.

Nesta óptica, achou-se de extrema importância apresentar aqui os paradigmas para as funções de Relações Públicas; para as quais se foi “beber na fonte”: *Relações Públicas Frente ao Desenvolvimento Comunitário* (Escudero), que apresenta a renovação metodológica das Relações Públicas, segundo o quadro de “funções básicas”, definidas pela comissão interamericana para la enseñanza de las Relaciones Públicas – Ciperp, no IV Congresso Mundial de Relações Públicas, realizado em Outubro de 1967, no Rio de Janeiro.

Segundo o congresso acima referido, as funções básicas das Relações Públicas dividem-se em: **assessoria, pesquisa, planeamento, execução** (comunicação) e **avaliação**.

Achou-se importante fazer esta citação na medida em que essas funções ou se quisermos princípios, se engajaram perfeitamente nesse trabalho de pesquisa e, tomando as mesmas como modelo para a realização da parte prática desse trabalho e para responder a pergunta de partida (*Como pode Relações Públicas Comunitárias, através da promoção da cidadania e comunicação, contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade*). Para tal, foi prudente uma reflexão sobre essas funções.

Iniciou-se com a meditação sobre a **pesquisa** que se identifica muito com a prática das Relações Públicas Comunitárias, na medida em que, é nesse ponto que se inicia o trabalho comunitário e a partir dali o relacionamento com o público em estudo (neste caso a comunidade de Achada Grande Trás).

Quando a pesquisa segue um referencial autenticamente dialéctica (demonstração ou raciocínio rigoroso), ela consegue incutir nas pessoas a consciencialização da problemática social que enfrentam, na medida em que elas próprias se encontram envolvidas nas discussões desencadeadas.

A problematização da realidade condiciona a definição de políticas de acção e um planeamento participativo, com a distribuição de responsabilidades pela acção

planeada dos participantes; isto é na medida em que o grupo se consciencializa dos seus problemas, mais fácil será o planeamento de acções para as respectivas soluções.

O **planeamento** é a função que nunca se desprende da participação e se assenta num movimento constante da pesquisa e avaliação. Ele se constrói a partir da experiência de todos os envolvidos no seu processo e nunca de uma forma particular, pois valoriza o conhecimento específico e a interpretação que cada um dos participantes faz sobre a mesma realidade.

Segundo Ferreira (1987, p.26), citado por Escudero (p.5)²⁰: “só através desta participação é possível formular um planeamento que acompanhe as mudanças sociais. A actividade do pensar sobre o planeamento não se dá desvinculada de sua prática. Não há, também aqui um ser que planeja e um outro que executa”:

Todos que estão implicados na acção devem participar no planeamento, cada um com seus conhecimentos específicos, tirados dos conhecimentos já disponíveis por aí, ou directamente da experiência prática (Ferreira, 1987, p.26), citado por Escudero (p. 5).

Quanto à **execução** (comunicação), esta também se identifica como uma necessidade do grupo, quando se toma a consciência da sua problemática através do processo pesquisa - acção.

A comunicação é sem sombra de dúvida o mais importante instrumento de sensibilização da opinião pública sobre a problemática da comunidade, no processo de “conquista de aliados”.

Quando Escudero (idem) afirma que “esta conquista ocorre às vezes pela óptica de unidades contrários ou então pelo envolvimento de pessoas sensibilizadas com causa comunitária”, da nossa parte diríamos que os aliados se conquistariam exactamente pelas contrariedades e descoberta dentro destas, de um elo comum.

O ser humano é se calhar o ser mais controverso que existe e, ao mesmo tempo o ser que mais do outro precisa. É por isso que o pesquisador e no caso, Relações Públicas Comunitárias, mais do que nunca deve fazer o uso da arma comunicação e de uma forma

²⁰ Idem

estratégica, para fazer com que a sociedade se alie num só objectivo que é o desenvolvimento sustentável.

Já, a função **assessoria** que é vista como a participação do profissional dentro do grupo que já não é um cliente, mas sim um companheiro de trabalho, decidiu-se empregar aqui o papel do facilitador de que tanto se fala nas lições sobre as organizações e, abraçou-se a ideia de Escudero (idem), quando diz:

A revisão metodológica desta função é um dos pressupostos fundamentais que requer uma inversão do papel do intelectual no desenvolvimento comunitário, que deve assumir-se como sendo realmente um agente externo da comunidade, mas que esteja actuando dentro de uma óptica de participação que não exclua nenhum dos seus membros do processo decisório. Pelo contrário, que promova a abertura de canais competentes de participação.

Neste caso, as técnicas do profissional RPC são disponibilizadas para que o próprio grupo possa crescer no processo de desenvolvimento comunitário.

“Trata-se de uma outra forma de intervir na realidade, ou seja, uma forma que passa por dois momentos cruciais: Pela autocrítica, que sabe corajosamente reconhecer suas tendências impositivas, e pelo diálogo aberto com os interessados, que já não são mais vistos como objecto, clientela, alvo.” (Demo, 1988, p.21), citado por Escudero (idem).

Para finalizar a lista das funções das Relações Públicas Comunitárias, entraria-se com a *avaliação*, que foi desenvolvida ao longo do processo de pesquisa.

Então, nossa pesquisa se iniciou com o levantamento dos dados (problematização da realidade), passando pela assessoria ou contacto comunicativo, cujo propósito foi escutar a comunidade aquando da sua problemática.

Nesta perspectiva facultou-se a consciencialização da existência dos problemas por parte da comunidade, assim como a interacção entre os seus elementos; em seguida definiu-se uma política de acção ou planeamento em redor da realidade pesquisada.

Escudero (idem) salienta:

O processo de pesquisa como qualquer outro processo não pode se conceber cronologicamente e nem de forma previsível, mas diante das circunstâncias e informações advindas durante o seu desenvolvimento. A realidade só pode ser concebida e tratada objectivamente pelas ciências naturais e empíricas. O objecto das ciências sociais é o conflito, dentro de um contexto histórico determinado, e não é previsível e nem tão pouco controlável.

Esse raciocínio fecha-se então com a seguinte expressão: não existe sociedade sem conflito e, o que é pior, não é ter conflito numa sociedade, mas sim não saber resolvê-los e de forma eficiente (transformar a discórdia em concórdia).

A comunidade precisa de reconhecer esta realidade para poder deixar de lado as lamentações e sempre estar disposto a unir e enfrentar em conjunto os problemas, na medida que estas vão surgindo.

8. ACÇÕES PRÁTICAS PARA CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO



Feira do Livro, Prod. Próp. (PP), 2012, (FC)



Wokshop. PP, 2012



Feira de Saúde. PP, 2012(FC)



Wokshop, PP, 2012



Assembleia dos Activistas Sociais, PP, 2012

8.1. 1ª ACÇÃO: Assembleia dos Activistas Sociais

A Assembleia dos Activistas Sociais é um evento que foi organizado com o objectivo de apresentar o Tema de pesquisa: *Relações Públicas Comunitárias como Promotor da Cidadania e Comunicação para o Desenvolvimento Comunitário* e, na mesma óptica sugerir um trabalho prático para conseguir esse efeito que seria o *Projecto Feira da Cidadania*.

Portanto, a ideia seria ter a comparticipação e opinião dos activistas sociais na organização e realização da Feira da Cidadania (FC); evento esse que serviria, para além de possibilitar a convivência e comunicação entre os elementos da comunidade, para angariar fundos para a escola local (mais detalhes da feira, mais à frente).

A Assembleia dos Activistas Sociais desenrolou-se conforme o **relatório** que se segue:

Aos 24 dias do mês Março de 2012 aconteceu na sala de confecções Alves Monteiro, a I Assembleia dos Activistas Sociais da comunidade de Achada Grande Trás. A Assembleia teve o seu início às 16:30, com a seguinte ordem do dia:

- Apresentação do profissional da Relações Públicas Comunitárias e suas acções para o desenvolvimento local;
- Apresentação do Projecto Feira da Cidadania;
- Destaque da Comunicação Comunitária;
- Diversos

Em primeiro lugar começou-se com a exposição de duas crianças do 6º ano do ensino básico, escola de Achada Grande Trás, que seria a beneficiária com a acção em prol do desenvolvimento, partindo da cidadania.

Estas falaram sobre a cidadania, educação, amizade e respeito, de uma forma bem simples e clara.

Em seguida foi a vez da presidente, da Assembleia, que no papel de RPC, apresentou o tema *Relações Públicas Comunitárias como Promotor da Cidadania e Comunicação para o Desenvolvimento Comunitário*; explicando os conceitos inerentes ao tema tais como: Relações Públicas Comunitárias, comunicação comunitária, comunidade, desenvolvimento, cidadania interação e participação.

Depois da explicação desses conceitos, foi a vez da apresentação do projecto *Feira da Cidadania* que seria o ponto forte das acções traçadas para promover o desenvolvimento da comunidade de Achada Grande Trás.

Logo em seguida ouviu-se a plateia que depois de louvar a iniciativa, apresentaram interesse em efectivar a acção (*Feira da Cidadania*).

A comunicação social (TCV) marcou a presença, da qual saiu uma notícia no dia seguinte à Assembleia ou seja 26 de Abril.

O evento foi encerrada às 17:30 com uma tarde de chá, financiada pela Confecções Alves Monteiro (CAM) e esta pôde contar com a presença de 23 activistas de entre os quais, 9 eram activistas ou dirigentes de grupos e os restantes participantes activos ou elementos de grupos.

a) Avaliação do Evento

Como se sabe, trabalhar ou mudar a mentalidade das pessoas é um trabalho que exige paciência e que é feita ao longo prazo. Assim de um modo geral pode-se considerar que o evento foi excelente na, medida em que se contou a presença de 23 pessoas, Comunicação Social e convidados de honra que era o Director da escola vizinha de AGF, e este elogiou a iniciativa e logo propôs a parceria da sua escola, para a concretização de outras actividades inerentes à cidadania.

Pôde-se notar depois desta assembleia que as pessoas (activistas sociais) precisam de um grande trabalho de fundo, na medida em que a maioria se comprometeu em participar prontamente no evento, porém não participaram (contava-se com 50 participantes e só compareceram 23).

Notou-se ainda que as pessoas (grupos) não cumprem muito com as palavras e mesmo os activistas ou líderes de grupos, comprometeram participar e acharam interessante o convite e o evento; no entanto não apareceram no dia marcado.

É de notar que as pessoas querem o desenvolvimento sem se esforçar, o que não faz sentido. Cabe ao Relações Públicas Comunitárias, incutir na cabeça dos indivíduos que a participação é o elemento fundamental para o desenvolvimento e que sem esta não adianta nem sonhar com este processo.

Nota: Logo depois da Assembleia, quis se reunir com os activistas para a apresentação do balanço, e num convite porta a porta e com a apresentação ou adiantamento do motivo da reunião. Mais uma vez estes comprometeram e não compareceram à reunião.

Diante disso, resolveu-se dar uma pausa e traçar uma nova estratégia de acção para com os activistas de forma tentar inverter a situação.

Quanto à Assembleia, esta, além de sair na comunicação social, foi notícia do site da Uni-CV e ainda, o projecto foi apresentado durante os três dias da **I Feira do livro da Uni-CV** (dias 2, 3 e 4 de Abril de 2012).

Uma nova acção planeada foi um **Workshop** sobre o tema: Processo de Facilitação, incluindo os seguintes públicos: os activistas, as empresas e outras entidades interessadas.

8.2. 2ª ACÇÃO: Workshop sobre o Processo de Facilitação

a) Propósito ou objectivo do *workshop*

O *Workshop* tinha como objectivo dar a compreender como conduzir um grupo na partilha, aprendizagem ou na mudança; de modo que haja um incentivo no sentido de, todos os elementos do grupo apresentarem o seu ponto de vista dentro de uma equipa de trabalho.

PROGRAMA:

15:45 - Recepção dos convidados

15:50 - Apresentação da oradora (RPC)

16:00 - Abertura da secção “exposição do tema o Processo de Facilitação”

16:30 - Término da exposição

16:35 - Formação dos grupos de trabalho (4 grupos)

16:40 - Início da discussão em grupo

17:00 - Debate dos resultados

17:30 - Final dos debates

17:35 - *Coffee break*

17:55 - Considerações finais

18:00 - Término da secção

O *Workshop* teve o seu início conforme o programa acima apresentado e, desta saiu o seguinte **relatório**:

Aos 21 dias do mês de Abril de 2012, realizou-se na escola de Achada Grande Trás, um *Workshop* sobre o tema **Processo de Facilitação**.

O *Workshop* correspondeu à segunda acção para aproximar a comunidade e as empresas, de forma que juntos, e aplicando as técnicas da prática da cidadania se consiga promover o desenvolvimento da comunidade.

O evento contou com a presença de 23 participantes e teve o seu início antes de mais, com uma dinâmica do grupo, que foi dirigida pela pedagoga Stefanie (uma convidada e coordenadora do “Projecto Simenti”, em Achada Grande Frente.

A dinâmica sugerida consistia na escolha de algo, num saco, sem ver. Depois de tirar do “saco mágico” um objecto, os participantes tiveram a oportunidade de se apresentar e expressar-se demonstrando a relação que o objecto possa ter consigo (a pessoa que recolheu o objecto) e com a sociedade.

Depois desta actividade, deu-se início à exposição do tema Processo de Facilitação pela oradora (Relações Públicas Comunitárias Háidéé) que perguntou de antemão:

O que vos vem à cabeça quando escutam a expressão Processo de Facilitação.

Alguém respondeu: *Facilitação de quê?*

A oradora então aproveitou, e respondendo, que: de facto a curiosidade é de saber de que facilitação se trata; acrescentou: A facilitação deve ser usada em tudo.

Demonstrou-se que segundo a obra: *Manual de Facilitação para a gestão de Eventos e Processos Participativos* (Schiefer Ulrich, Teixeira; Paulo e Monteiro Susana, 2006), a Facilitação é um método de apoiar a participação, a discussão e decisão em grupo, podendo ainda ser definida como conjunto de procedimentos e técnicas de negociação, gestão de conflitos e equipas de trabalho.

Continuando a dissertação, falou-se de necessidade do Processo da Facilitação, do conceito da cidadania e desenvolvimento; vantagem do processo da decisão em grupo, da linguagem da participação e dos limites da participação.

Por último, o grupo ficou encarregado de manifestar-se sobre Processo de Facilitação em Cabo Verde, o que não foi difícil para os mesmos, já que durante todo o evento manifestaram a atenção e o interesse pelo assunto.

Depois disso foi a vez do trabalho em grupo, onde se responderam a 4 questões:

- *O que entendes por Cidadania?*

- *Como achas que os indivíduos de uma comunidade podem contribuir para o seu desenvolvimento?*
- *Faz uma relação entre a facilitação e a participação?*
- *Quando e como é que um líder promove a participação?*

Depois da discussão em grupo e apresentação das respostas, fez-se um intervalo para o *coffee break*, que foi seguido por pequena avaliação donde constavam as questões:

- 1- *O que entendes por processo de facilitação?*
- 2- *Qual foi a parte que mais gostaste?*
- 3- *Que “dicas” deixas para que a nossa comunidade viva bem?*

Donde saíram as respostas:

- 1- Facilitação são técnicas de gerir conflitos; é dar e receber de tudo um pouco; é um processo de minimização e procura de caminho de consciencialização; é um método de apoiar e incentivar o grupo, saber ouvir e compreender a situação; é um processo que permite ajudar uma comunidade; um facilitador é um agente de mudança de comportamentos, um ser humilde e capaz de resolver os seus problemas e o dos outros; Facilitação é saber reagir e ter a capacidade de ouvir os outros; é ser neutro e ouvir todas as partes (dar e receber feedback); é um processo de intervenção para apoiar na resolução dos problemas sociais pela mediação; é um processo de mediação e promoção do diálogo para a resolução de problemas; é procurar garantir objectivos comuns relacionados com uma cidadania consciente; é avaliação da importância que cada um tem no grupo.
- 2- Tudo foi importante inclusive a parte do jogo (dinâmica).
- 3- Para que a comunidade viva bem é preciso: diálogo (comunicação); trabalho colaborativo; preocupação com o bem-estar comum; transmitir modelos positivos; mais participação, reuniões e palestras; projectos comunitários activos; liderança

comunitária; sensibilização no sentido de se livrar dos problemas sociais que nos afligem; participar em actividades pelas quais se é convidado para se informar e formar; assumir o nosso papel de cidadão e ser activo.

É preciso ainda para se viver bem na comunidade de: consciencialização; dinamização dos grupos; envolvimento da comunidade nas acções comunitárias, acção de formação; solidariedade, amizade; dizer não à discriminação, à violência; fraternidade e amor; procura sempre de soluções para problemas; responsabilidade, tolerância; forte engajamento; união; tratamento por igualdade; respeito e dignidade; promoção de actividades para os jovens.

Depois da avaliação do evento e das respostas às questões formuladas, teceram-se as considerações finais e agradecimentos aos participantes.

Avaliação do *Workshop*

O *Workshop* foi bom, apesar de ser mais participado por pessoas que não são da comunidade, como é o caso de professora universitária da Uni-cv, Cristina Ferreira, que fez a questão de marcar a presença com mais quatro alunas estagiárias, orientada pela mesma.

A comunidade de AGT demonstrou neste segundo evento que a tarefa para o apelo a consciência, colaboração e prática da cidadania não seria uma tarefa fácil, já que a mesma não está confiante nas suas potencialidades e nem querem confiar logo, nas ideias que um profissional novo, como é o caso de RPC, pode trazer para a promoção do desenvolvimento.

Ainda mais, com as respostas provenientes dos grupos aquando das questões de avaliação, pôde-se se notar que as pessoas, têm noções básicas e fundamentais para a promoção da cidadania. Contudo o que falta é aquela parte prática que se calhar não se cultivou ainda nos hábitos do quotidiano.

Então seria pertinente trabalhar no sentido oferecer as pessoas a oportunidade de afirmarem os bons hábitos inerentes à cidadania e transformar os mesmos numa cultura (a cultura cidadã).

8.3. 3ª ACÇÃO: Projecto Cidadania para o Desenvolvimento

Justificativa (conforme a acção - Feira da Cidadania, foi apresentada às instituições e empresas, para o financiamento)

Cidadania para o Desenvolvimento foi um projecto criado no âmbito de um trabalho científico (investigação acção) que foi elaborado como trabalho do fim do curso para a obtenção do grau de Licenciatura na área de Relações Públicas e Secretariado Executivo, ministrada pela Universidade de Cabo Verde – Uni-CV

O projecto encontra-se incluído num conjunto de acções que serão desenvolvidas na sequência do tema *Relações Públicas Comunitárias Como Promotor da Cidadania e Comunicação para o Desenvolvimento Comunitário*; procurando responder com acções práticas *Como pode Relações Públicas comunitária, através da promoção da cidadania e comunicação contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade?*

Assim, a Feira da Cidadania (FC), correspondendo, ao ponto mais alto das acções planeadas para a promoção da cidadania; tem o objectivo de fomentar o desenvolvimento; colocando em movimento e acção as empresas e a comunidade, num processo de interacção, colaboração e cooperação; pretendendo-se ainda contar com outras entidades que se interessam para a promoção da cidadania em prol do desenvolvimento.

A comunidade de Achada Grande Trás (AGT) é desafiada com vários dificuldades. De uma forma geral, todos (comunidades do mundo) têm problemas e, hoje em dia esses já não se resolvem de uma forma individual, principalmente quando se trata de problemas sociais que afectam um grupo, como um todo.

Com a Feira da Cidadania pretende-se colocar frente à frente a comunidade e as empresas e, ao mesmo tempo fomentar a união de todos, para num só conjunto fazer face aos ***problemas da escola local***, onde se considera estar a base dos problemas de AGT.

Assim, no evento pretende-se que cada um leve aquilo que tem, sendo: uma informação, uma ideia, conhecimentos e ou recursos; que serão explorados em benefício da comunidade ou seja projectando o lucro na escola local.

Têm-se realizado várias acções, no sentido de preparar o terreno para a FC de entre as quais pode-se destacar a ***Assembleia dos Activistas Sociais***, realizado no dia 24 de Março de 2012, e passada na comunicação social – TCV, jornal da noite no dia 25 do mesmo mês, sendo ainda notícia no site da UNICV; donde se pôde apresentar o projecto à população e não só; que tiveram a oportunidade de dar o seu contributo.

Também efectivou-se um *Workshop* sobre o tema ***Processo de Facilitação***, no dia 21 de Abril de 2012, na escola local que teve como principal objectivo formar e informar sobre a liderança efectiva e nesta óptica mostrar às empresas que a comunidade pode lhe ser muito útil e vise-versa.

Com a Feira da Cidadania ambiciona-se abrir novos horizontes para o desenvolvimento comunitário, onde todos e cada um darão a sua parte e ambos de igual modo poderão usufruir dos resultados.

Abrindo então um processo de comparticipação e co-responsabilização, querer-se-á que no futuro se possa realizar mais FC, por iniciativa então da comunidade e seus activistas; com apoio é claro das empresas (que também fazem parte da comunidade); sempre na aposta de solucionar os problemas da comunidade.

Porquê a escola seria a primeira beneficiária

É que, como se sabe a educação constitui a base para o desenvolvimento de qualquer comunidade ou sociedade. Porém:

- ✓ A escola de Achada Grande Trás é uma escola muito carente, que apresenta necessidades em vários aspectos (materiais didácticos e informáticos, vedação, guarda, cantina...) e, só para reforçar, nem de um nome próprio ainda dispõe;
- ✓ Os alunos desta escola, perante tantas dificuldades que lá encontram, acrescido por outras que trazem de casa, não apresentam muita motivação pela aprendizagem;
- ✓ A escola não dispõe de um fundo próprio e mal pode sustentar a cantina escolar (refeição quente) e outras despesas que acompanham a rotina de um estabelecimento de ensino;
- ✓ O estabelecimento não beneficia de uma placa desportiva decente e nem de um espaço para actividades extra curriculares que merecem públicos e aplausos;
- ✓ O espaço não dispõe de um horto escolar, para com os produtos enriquecer a dieta escolar (refeição quente), tão importante para as crianças que vão à escola sem o pequeno-almoço ou almoço;
- ✓ A escola apresenta-se muito degradada e principalmente as portas, janelas, vidros, dobradiças e telhado, sofrem ataques frequentes e precisam de concertos ou “reformas”.

Um local de ensino aprendizagem precisa e sempre, ser um espaço atractivo, onde as crianças se sintam bem e incentivados nos estudos, e com este projecto poder-se-á transformar a escola no espaço acima mencionado.

Ter uma escola adequada em AGT só será possível, se a comunidade, as empresas locais e outras entidades de boa vontade mostrarem a sua pró actividade e espírito de equipa e solidariedade isto é se todos praticarem a cidadania.

A cidadania é um conceito que se define no poder de interferir, decidir, criar, construir e usufruir, em condições de igualdade dos direitos e deveres inerentes à cidadania. Contudo, uma sociedade sedentária, cujos membros não praticam a cooperação e ajuda mútua, nunca alcançará aquele patamar.

Para se trabalhar a cidadania, antes de mais o indivíduo deve possuir e viver o sentido de pertença e de identidade perante uma nação, manifestando a participação activa, em todos os domínios da construção social assim como do desenvolvimento; doutro modo, o desenvolvimento ficaria apenas no sonho, e nunca se concretizaria.

Quanto à comunidade em questão, esta, com a execução do projecto FC (com comparticipação de todos os seus envolventes, inclusivé entidades ou instituições solidárias); poderá contar com um estabelecimento de ensino reformado e com melhores condições para o ensino aprendizagem das crianças; além de ficar capacitado para resolver os problemas comunitários e apostando sempre na prática da cidadania.

Ainda, é muito importante que se saiba que o projecto Feira da Cidadania, poderá ser conciliada com qualquer projecto comunitário que visa o bem-estar comum, na medida em que, sendo ela baseada na cidadania serve para qualquer efeito.

8.4. Descrição

Sob o lema “*Cidadania para o Desenvolvimento*”, a Feira da Cidadania é uma acção planeada como forma de angariar fundos para a escola local (Escola nº II de AGT), que é uma escola que apresenta muitas dificuldades como acima foram mencionadas.

Esta acção foi programada para promover uma cadeia de interacção entre todos os envolventes da comunidade, no sentido de cooperação e luta activa para o bem-estar comunitário.

Funcionando como uma rede de actividades e comunicação, a FC constituiu uma grande e oportunidade da comunidade apresentar o seu nível da prática da cidadania e consecutivamente o seu espírito de solidariedade. Assim, no evento, cada um formando um todo (grupo), terão a oportunidade de dar a sua contribuição para a resolução dos problemas da escola e consequentemente comunidade.

Na Feira da Cidadania, toda a comunidade terá, conforme a sua vontade, consciência, e disponibilidade; a possibilidade de contribuir com a sua parte para o desenvolvimento local:

- ✓ Os representantes de família, os grupos comunitários, as crianças (alunos), a gestão da escola, os professores deverão contribuir com algo, e conforme puderem (doces e salgados, bebidas ...);
- ✓ A outra parte da comunidade (moradores em geral) pode contribuir visitando a FC, onde terá “n” oportunidades, como é o caso de se informar, divertir-se com músicas e danças, formar-se em artes plásticas, reciclagem e trabalhos manuais; para as quais irão se aproveitar os materiais de desperdícios - reciclagem, (saindo o ambiente a ganhar).

8.5. Benefícios que a Feira da Cidadania Poderá trazer à Comunidade

A comunidade em geral vai ganhar muito com a Feira da Cidadania:

- Esta poderá contar depois disto com uma escola melhor capacitada (reformada), com fundos e mais materiais didáticos (livros, entre outros materiais), que proporcionaria o melhor ensino aprendizagem das crianças;
- Poderá usufruir de consultas e aconselhamentos sobre a saúde, durante a FC, já que houve um espaço de feira de saúde;
- A feira do livro, que fará parte também do evento, poderá ser para a comunidade, uma grande e única oportunidade de poder ter um livro escolar e de contos infantis por preços acessíveis;
- As oficinas de arte e reciclagem poderão constituir também uma outra oportunidade para as crianças e não só de: descobrir e apresentarem talentos e se consciencializarem do aproveitamento de lixos para confecção de materiais de utilidade; sem contar com a oportunidade da comunidade usufruir de um dia diferente e divertida, ao som da música dança e construção de novas amizades;

- As empresas por sua vez, participando, ganharão muito, já que poderão aproveitar dos “cantinhos” que serão criados (cada um com o seu efeito), para se comunicarem com a comunidade e apresentarem os seus negócios e, até oferecerem brindes se assim entenderem.

Tudo isso foi projectado numa perspectivada de comunicação comunitária (face a face), onde se pretendeu a instalação total de um clima de confiança, cumplicidade, amizade e solidariedade.

8.6. Objectivos da Feira da Cidadania

a) Objectivo Geral:

- ✓ Demonstrar através de acções práticas, como Relações Públicas Comunitária, pode contribuir para o desenvolvimento da comunidade de Achada Grande Trás, através da promoção da cidadania e comunicação comunitária.

b) Objectivos específicos:

- ✓ Verificar através da aplicação de estratégias comunicativas das Relações Públicas Comunitárias, o nível da prática da cidadania local (pelos moradores e empresas);
- ✓ Analisar os problemas que afectam a vida dos moradores de Achada Grande Trás, e prever as possíveis soluções;
- ✓ Tentar provar que com a interacção, comunicação comunitária, solidariedade e cidadania em primeiro lugar, se pode promover o desenvolvimento.

8.7. Metas

- ✓ Conhecer a comunidade e seu ponto fraco quanto à prática da cidadania e apresentar possíveis propostas de correcção dos mesmos;

- ✓ Incertivar a comunidade e empresas locais a se consciencializarem da necessidade e importância da prática da cidadania, na recuperação dos recursos necessários para o bem-estar comum e desenvolvimento sustentável;
- ✓ Tentar buscar a solução para os problemas que a escola de Achada Grande Trás há tanto acalenta e reclama.

8.8. Articulação das actividades

A Feira da Cidadania em si consistirá uma combinação de actividades tais como actividades de lazer, entretenimento, formação, permutas de informações, intercâmbios de ideias e conhecimentos, jogos, músicas espectáculos de dança, malabarismo, pintura facial, escultura de balões, mini feira de livro, feira de saúde, oficinas de arte (reciclagem e trabalhos de expressões artística), apresentação de empresas e suas actividades à comunidade, entre outras.

Com a Feira Cidadã , pretende-se reunir a população, empresas e convidados (artistas), numa rede de actividades e comunicação movimentando recursos para resolver os problemas da escola local.

Todas a actividades deverão ser acompanhadas e orientadas por uma comissão criada para o efeito. Assim, pretende-se colocar em movimentação: a equipa do protocolo, venda ambulante, quiosques, apresentador, DJ, artistas diversificados (música, dança e arte), profissionais de saúde e educação.

Ambiciona-se montar pequenos “cantinhos”, cada qual com o seu papel, ex: cantinho dos jogos, das empresas, mini-feiras de livros e de saúde, da confecção e preparação dos alimentos, das oficinas de arte e assim por diante.

Aspira-se ainda, fazer uma comissão para receber e controlar o montante arrecadado e esta seria composta por professores, Gestora do Pólo Educativo local e líderes dos grupos comunitário.

O bilhete de entrada para a feira terá um preço simbólico de 50 escudos e poderá ser adquirido com antecedência na escola ou mesmo no dia do evento, à entrada.

Antes da concretização da Feira da Cidadania, se desenvolverão um conjunto de actividades preparatórias, como é o caso de campanhas de sensibilização quanto à importância da participação e interacção, que foi lançada desde o mês de Fevereiro; conversas com os mais velhos da comunidade; encontros com os responsáveis de cada grupo da comunidade e troca de ideias com líderes e profissionais ligadas aos assuntos sociais (sociólogos, pedagoga de outra comunidade); culminando-se com a Assembleia dos Activistas Sociais, o *Workshop* sobre o Processo de Facilitação.

As instituições que trabalham e apoiam projectos comunitários e para o desenvolvimento serão convidados a colaborar com a comunidade de AGT, no sentido de apoiarem com algo que possa ajudar na concretização das actividades desenvolvidas dentro da Feira.

Como é o exemplo, na Feira da Cidadania, projectava-se a concretização de mini feiras de livros, arrumação de cantinhos (barracas,) oficinas de arte.

Assim precisar-se-á de: livros diversos, materiais de papelaria para enfeites e não só (papéis, lápis, e outros acessórios de trabalhos manuais), tintas especiais para tecido e outras mais simples para papéis, colas, camisetas, prendas para jogos e concursos promovidos na feira, materiais para o palco entre outros.

As empresas por sua vez, poderão apoiar directamente com os materiais das quais a escola necessita que pode ser: alguns dos materiais didácticos e informáticos; materiais que produzem ou comercializam como é o caso de materiais de construção; ajudas para o enriquecimento da dieta dos alunos (caso de empresas de importação de alimentos); apadrinhamento da escola que nem nome próprio tem e, enfim... só visitando a escola se poderá inteirar-se plenamente dos seus problemas e saber melhor como apoiá-la.

Então, esta proposta de interacção, colaboração, solidariedade e cidadania através da realização da FC, tece-se sobre a rede de comunicação efectiva e intercâmbio de ideias onde qualquer um se descobrirá como parte de um todo.

Cada elemento da comunidade, num o espírito de equipa e solidariedade, precisa necessariamente fazer a sua parte e incentivar o outro a seguir o mesmo rumo e no final, poder se regozijar com uma comunidade com: menos abandonos escolares, delinquência juvenil, *Thugs*, drogas e outras frustração resultante de falhas na prática da cidadania.

Local e data

A Feira da Cidadania será na Placa desportiva de Marrocos – Achada Grande rásT (Lém de Trás,) no dia 26 de Maio de 2012 (mais informações no programa).

Divulgação:

A Comunicação Social será convidada para o evento, com a pretensão que esta se transforme em notícia e cartazes informativos serão disponibilizados nos locais privilegiados da zona.

Público alvo:

O evento será direccionado às empresas locais (potenciais parceiros) e a comunidade em geral.

8.9. Organização da Feira da Cidadania

A organização de todo o espaço ficará a cargo dos professores, dos activistas sociais e da comunidade em geral.

Serão confeccionados camisetas²¹ sob o lema do evento e estas deverão ser vendidas por um preço simbólico e de acordo com a possibilidade de compra de cada um (até 200esc).

²¹As camisetas (100 unidades) foram trabalhadas à mão pelos alunos da escola local e grupos comunitários (Projeto Simenti) .

As empresas e instituições poderão aproveitar da FC para fazer com que a comunidade os conheça melhor.

8.10. Modelo do Programa do eventos (Feira da Cidadania)

9h30 - Recepção de Convidados

9h45 - Actuação de grupos de danças locais: Face a Face, Batucadeiras de AGT, Soldados da Paz, Fúria Negra

10h30- Actividades diversas (jogos, concursos, vendas e exposições diversas, oficinas de arte e reciclagem, feira de saúde)

13:00- Almoço comunitário (cada um compra o seu, em quiosques montados, com todos os cuidados necessários)

13:45mn - Visita Guiada e Comunicação *Face a Face* (Comunicação Comunitária)

14:45mn - Escultura de balões, jogos, pintura facial e apresentação do circo, danças quentes: Afro-Star, Puto Windek.

19:00 – Encerramento (discursos breves – agradecimentos).

Orçamento

O orçamento é o mais limitado possível, sabendo que se enfrenta um período crise. Assim, cada grupo se responsabiliza por levar algo: doce, salgado ou bebida; a escola tratará da venda ambulante, em que cada professor e a gestão confeccionarão um produto alimentar para a venda, além de se responsabilizarem também para os prémios dos jogos e concursos.

Sendo assim ficou descrito a seguinte tabela orçamental:

Produtos	Preço em escudo	Quantidade	P*Q (ECV)
Água	250	10	2500
Almoço comunitário	200	200	40 000

Almoço e sobremesa para os artistas e convidados especiais	200	30	6000
Transporte de artistas, convidados e materiais	3000	...	5000
Barracas (colas, pregos, papeis, pintura e enfeites)	1000	10	1000
Prendas (canetas, livros, lápis...)	4000	4000
Camisetas	100	100	10 000
Cartas	5	40	200
Colheres descartáveis	3	200	600
Total geral			67 300

8.11. Relatório da Feira da Cidadania

Aos 26 dia do mês de Maio de 2012 , realizou-se na Placa Desportiva de Marrocos em Achada Grande Trás o evento demoninada Feira da Cidadania.

A Feira da Cidadania, teve o seu início às 11horas, com algum atrazo provocado por falta da energia eléctrica e comparticipação pontual dos agentes que tinham assumido o compromisso para a concretização da mesma.

As crianças foram as primeiras a aparecerem no local demonstrando muito interesse pelo assunto.

Contudo, na medida que se completavam cada hora, se notava nitidamente que os grupos comunitários, que tinham cada um a sua tarefa na FC, não davam a cara assim como os responsáveis da escola, na pessoa da Gestora do Pòlo Educativo de AGT e os respectivos professores.

O Posto de Saúde local, como comprometerá, logo no início já marcava a presença, juntamente com os grupos “Projecto Simenti”, Soldadados da Paz, Fúria Negra, Face To Face e dois artistas de oficina de arte e um jovem Dj da comunidade. Ambos começaram o seu desempenho.

A feira de saúde foi assistida por 3 enfermeiros, 6 estagiárias de enfermagem e 2 serventes do posto de saúde local que foram fazendo o seu trabalho, conforme os pacientes apareciam.

O “Projecto Simenti” começou a sua actuação com pintura facial, escultura de balão, teatro; e os grupos de dança e música foram actuando cada um na sua vez, enquanto de realizava em simultâneo umas lições de arte e reciclagem e uma mini-feira de livro.

As crianças constituíram então a maioria do público, contabilizando cerca de 180 no total. Estas amaram o evento; tendo um dia diferente e de muita aprendizagem e divertimento; apesar de não poderem comprar livros já que não possuem recursos para tal. Algumas que demonstraram mais interesse, levaram um livro de lembrança como oferta.

A Escola de Negócios e Governação (ENG) também marcou a sua presença na Feira da Cidadania, apesar de chegar praticamente no final do evento

Quanto à comunicação social, esta por uma razão ou outra não pôde dar a cobertura à Feira da Cidadania, apesar de ter coberto todas os eventos anteriores e preparatórios da mesma.

A Feira encerrou-se às 17 horas com agradecimentos a todos quanto de uma forma ou outra deram o seu contributo para a concretização da mesma especialmente: Biblioteca Nacional que apoiou com 101 livros de conto infantil e não só; o Arquivo Histórico Nacional com 10 livros de cultura cabo-verdiana; o Centro Cultural Português com 150 livros diversos; a Papelaria Académica e a ENG com materiais de papelaria; e um anónimo com cerca de 400 livros (manuais primários de todas as fases e outros secundários), facilitando os livros num preço simbólico de reembolso, em que, 50% do preço total da venda se inverteria para o fundo da escola.

Avaliação do evento feira da cidadania

A Feira da Cidadania foi boa, aprendeu-se muito e teve-se a oportunidade de conhecer melhor a comunidade e seu ponto fraco. Percebeu-se melhor o nível do

desempenho cidadã das empresas locais. E se tivesse tivesse de organizar uma outra actividade do tipo seria de uma forma diferente.

Devido à fraca participação, colaboração e solidariedade; cuja atenção foi sempre chamada desde o início do trabalho prático desta pesquisa, a Feira da Cidadania não conseguiu atingir os objectivos preconizados; ficando então por fazer, outros trabalhos e pesquisas para novos efeitos.

Reconheceu-se que de facto as empresas, instituições, escola e mesmo a comunidade, não andam a trabalhar conforme deve ser, nem estão a praticar a cidadania e responsabilidade social e, como disse um sociólogo amigo: “O que semeias agora não o colhes, quem o colhe serão os teus netos”. Seguindo este raciocínio espero então que o fruto deste trabalho que me ocupou 3 meses, venha a ser colhido, que seja pelos meus netos; doravante ficando no desejo que esta aconteça antes.

Terminaria dizendo que o trabalho, como Promotor da Cidadania para o Desenvolvimento Comunitário não vai parar. Para este trabalho científico fica-se por aqui. Contudo, como profissional de Relações Públicas, cuja formação complementarei com a apresentação do presente trabalho, continuarei e sempre a tentar dar o meu contributo para o desenvolvimento da nossa comunidade e sociedade.

9. CONCLUSÃO

O trabalho de investigação é um trabalho muito importante que se reveste de desafios e aprendizagens contínuas. O trabalho cuja trajectória se encerra no momento, não fugiu a regra e esta permitiu então, a chegada de um conjunto de ilações pertinentes, que possam responder a questão inicial e consecutivamente confirmar ou não as hipóteses levantadas e, do mesmo modo tecer considerações sobre os objectivos traçados para o trabalho.

Ficou mais uma vez comprovada que o cenário contemporâneo já demonstrou a necessidade da emergência de uma cultura e política nova, sobre o alicerce de uma democracia participativa.

As formas de lutas sociais apresentam um perfil diferente e como designou Henriques (2007, p.92) “a mudança intrínseca nas feições dos novos movimentos sociais provoca modificações no *modus operandi* dos projectos mobilizadores, gerando um novo tipo de activismo”.

A comunicação tornou-se a grande arma de luta contra os problemas sociais e contudo, as falhas no processo tem demonstrado muito peso em relação ao entendimento mútuo e a partilha; provocando sérios danos ao relacionamento entre os elementos da comunidade.

A sociedade moderna é desafiada com novos conceitos e formas de resolução dos problemas e, quem perde muito são as comunidades cuja maioria dos elementos formam um grupo de semi-analfabetos que mal conseguem acompanhar a dinâmica social e, para eles a mudança da mentalidade torna-se um trabalho de longo prazo e já agora uma questão de sobrevivência.

A nova era requer das pessoas uma mudança rápida de acordo com os desafios que vão surgindo. Como foi acima citado, há comunidades que necessitam de um trabalho de fundo para que estas possam acompanhar a actualidade.

O trabalho nessas comunidades deve ser antes de uma equipa de técnicos especializados em áreas sociais diferentes, assim com de instituições afins e só depois se

poderá estar em condições de fazer face a população, para que esta possa aprender a construir vínculos de amizade, solidariedade e espírito de participação num ritmo desejado.

Os “mais letrados” já deram por si que há uma emergência no que tange a mudança de mentalidade e forma de agir, quem ditou isso foram os processos de globalização, as novas tecnologias e sobretudo a tão falada crise mundial.

Falta em primeiro lugar um espírito de solidariedade, amizade, respeito e cidadania entre as elites sociais e depois um passar de testemunho destes princípios sobre os demais cidadãos e principalmente os menos prevenidos.

Durante mais de três meses esteve-se no terreno, na comunidade de AGT, considerada uma das comunidades mais críticas da cidade da Praia. Trabalhou-se no sentido de promover a cidadania e comunicação para o desenvolvimento comunitário.

No terreno usou-se de várias técnicas e estratégias para o efeito, contudo descobriu-se que, pelos problemas que a comunidade de AGT acumulam, as forças de Relações Públicas Comunitárias não foram suficientes. Era necessário o envolvimento antes e em conjunto de outros profissionais da área social e sobretudo de instituições afins para que numa acção conjunta se possa dar a comunidade a capacidade de praticar a cidadania para o seu próprio desenvolvimento.

A educação é um componente fundamental para a vida sã de qualquer comunidade, doravante esta não prevalece na comunidade. A escola, o principal vector do conceito, é fragilizada pelo próprio contexto educacional das famílias que dizem “não tenho nada para dar aos meus filhos, se pudesse e soubesse, bem que os daria”.

Os profissionais da educação, no caso dos professores apresentam pouco espírito de união e solidariedade entre si no próprio desempenho profissional luta para a imposição do verdadeiro espírito de educação na comunidade.

Quanto aos outros ramos da educação e seus agente, é aquele discurso hegemónico que se vai mantendo ao longo dos tempos. E já se ouviu falar mesmo “Si djentis di Txada Trás ca cre uni, pés resolvi ses problema, sima otus zonas, problema é di

sês”. O pior é que é isso mesmo que está acontecendo. A comunidade de Achada Grande Trás está ficando com os seus problemas.

As empresas locais não praticam a cidadania e responsabilidade social, ajudam e se envolvem pouco com a comunidade; a tentativa de inverter a situação, através da organização do evento Feira da Cidadania, não deu resultados imediatos e nenhuma empresa deu caras, apesar de vários convites, cartas, conversas com gerentes, recursos humanos e outros agentes responsáveis pelas empresas assim como a apresentação do projecto e sua importância e objectivos.

Isto demonstra que a solidariedade e comparticipação em Cabo Verde principalmente no que tange as empresas, está aquém do desejado e AGT, se calhar é a comunidade mais prejudicada com isso, logo ela que sustenta no seu terreno cerca de 70 empresas.

Os grupos sociais na Comunidade de AGT são liderados por jovens que sustentam aquele espírito participativo herdado dos parentes e poucos são os trabalhos que lhes interessam “meter a mão”.

O caso da Feira da Cidadania que tinha o objectivo de, para além de promover a solidariedade, amizade e participação; angariar fundo para a escola local, infelizmente não interessou muito aos jovens e nem assistir quiseram .

Os moradores da comunidade e a própria escola, já estão acostumados com a sua rotina e não demonstram muito ententimento quanto à necessidade de mudança. Se calhar precisam de uma prova concreta de que a hora é de mudança e que hoje, apenas a comunidade que participa e pratica a cidadania alcança o prémio do desenvolvimento.

A comunidade e especialmente os pais e encarregados da educação precisam urgentemente aprender e sentir o quão grande é ainda, o valor da aprendizagem e do ensino para os seus filhos. Necessitam ainda de ficar o mais perto possível da escola e dos professores e acompanhar o ensino e aprendizagem dos seus educandos.

O trabalho na Comunidade de Achada Grande Trás foi de todo muito importante, as técnicas e acções projectadas foram planeadas atempadamente e seguindo

técnicas que se achou apropriadas; de entre elas conversas amigáveis, visitas ao domicílio, reuniões, assembleias, *workshop*, cartas, correio electrónico, *facebook* entre outros.

A comunicação social mostrou-se de suma importância para o consumo da comunicação comunitária e promoção do desenvolvimento e a necessidade de meios de comunicação comunitária, transpareceu um pouco com este trabalho de Relações Públicas Comunitárias.

Ficou provado que o OCS que mais perto da comunidade está é a televisão e mais propriamente a Televisão de Cabo Verde (TCV). E quanto aos outros órgãos de comunicação, deviam também se aproximar mais da comunidade e seus problemas, independentemente de políticas.

Contudo deixaria o parecer que apesar da TCV ter feito a cobertura da maioria dos eventos que foram apresentadas no jornal da noite, que os trabalhos ou acções feitos em prol da comunidade deveriam ser apresentados para além de notícias. Em forma reportagens ou mesmo programas televisivos ou radiofónicas, de modo que estas pudessem chegar a um número maior possível de públicos que, assim poderiam reconhecer melhor a necessidade da prática da cidadania e participação.

Os órgãos de comunicação social precisam ser mais audazes e capazes de responder melhor as solicitações da comunidade, principalmente quando o assunto é a cidadania para o desenvolvimento, partindo de uma RPC, que é uma novidade em Cabo Verde.

Debruçando agora sobre a pergunta de partida *Como pode Relações Públicas Comunitária, através da Promoção da Cidadania e Comunicação Contribuir para o Desenvolvimento de uma Comunidade?* Ficou a resposta:

Um Relações Públicas Comunitárias pode conseguir o desenvolvimento de uma comunidade através de promoção de actividades como aquelas que foram desencadeadas ao longo do trabalho. Contudo, antes disso outras acções de fundo devem ser aplicadas e em conjunto com outros profissionais da área social e entidades afins, para que estas possam surtir efeitos desejados.

Quanto às hipóteses levantadas ficam anotadas o seguinte: Como dita o próprio desafio do século, é necessária a comparticipação e disponibilidade de todos os agentes interessados pelas questões sociais, no combate ao subdesenvolvimento e fortalecimento dos valores sociais como o respeito solidariedade, assim como a promoção da cidadania e comunicação, que são hoje o sustentáculo do desenvolvimento.

De facto, o desenvolvimento da comunidade de AGT se encontra apresentada conforme o estilo de vida da população local, porém um RPC por si só não consegue inverter essa situação, já que os seus moradores demonstram pouco espírito de equipa, participação e colaboração e as empresas locais não têm contribuído da forma correcta para o desenvolvimento sustentável da localidade.

Foi evidenciada através de acções práticas, como Relações Públicas Comunitárias pode contribuir para o desenvolvimento da comunidade de AGT, através da promoção da cidadania e comunicação comunitária, apesar de a comunidade não ter conseguido cair na “actual realidade das coisas”.

Conseguiu-se conhecer o nível da prática da cidadania local pelos moradores e empresas que é muito fraca, fora de comum e, fica **a proposta de**, como já se pode citar ao longo desta ilação:

- ✓ Uma união do topo para a base, isto é dos mais estudados; de todos os profissionais da área social; das Relações Públicas Comunitárias; das empresas que devem ser empresas cidadãs e das instituições, dando exemplos práticos e servindo de modelos de solidariedade e acção conjunta, perante a comunidade em geral e em particular da de Achada Grande Trás;
- ✓ Uma aposta mais rigorosa no ramo da educação e alfabetização da comunidade; na formação dos professores no sentido de cultivarem um maior espírito de solidariedade, espírito de equipa nas escolas (os professores são modelos dos alunos) e maior envolvimento nos problemas da comunidade, apoiando sempre no sentido de arranjar soluções.

Para os cabo-verdianos em geral, deixo o **parecer de**:

- ✓ Reconhecimento consciente que a grande crise propriamente dita não é a económica mais sim a crise de princípios e valores humanos ;
- ✓ Que as instituições e organizações evitem a desculpa de falta de recursos financeiros e se concentrem no cultivar do espírito de cidadania compartilha e valorização do único e maior recurso em causa que é o recurso humano (valorização do homem e suas capacidades);
- ✓ O despertar aquando da valorização das iniciativas sociais, assim como o apoio por parte de organizações, empresas, instituições e órgãos de comunicação social para a sua efectivação.

Foi então o trabalho de investigação com a qual, apesar de enfrentar enormes dificuldades, aprendeu-se muito e descobriu-se que o desenvolvimento é algo que está dentro de cada um de nós. E só se desenvolve quem e a comunidade que souber expressar e tirar esse conceito para fora da sua pessoa e sobretudo partilhá-lo com outros.

Espera-se ter contribuído de algum modo para cidadania em prol do desenvolvimento e deixa-se o desafio de uma nova reflexão sobre o combate ao subdesenvolvimento, partindo da iniciativa de cada elemento de uma comunidade.

10. BIBLIOGRAFIA

CARMO, Hermano. *Desenvolvimento Comunitário*. Universidade Aberta. Lisboa: 1999;

DE PINA, Rita Maria: *Associativismo e Desenvolvimento Local em Cabo Verde*: Notas sobre alguns Percursos de Revitalização Rural: *Actas do III Congresso de Estudos Rurais* (III CER), Faro, universidade Algarve, 13 Nov.2007 – SPER barram Alg, 2008,CP, CD-ROM.

DE SOUSA, Nardi Abrão. *Imigração e Cidadania Local: Associativismo Imigrante e políticas públicas de Portugal*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Estudos e ensaios 2003);

DIEZ, Juan José. *Família – Escola, uma relação vital* – Porto Editora LDA. – 1994.

ESCUADERO, Regina Célia. *As Relações Públicas Frente ao Desenvolvimento Comunitário*: Trabalho originalmente publicado na revista Comunicação & Sociedade, editada pelo programa de Pós Graduação em comunicação Social da UMESP. Disponível em www.fafich.ufmg.br/~simeone/2/escudero.pdf acesso em 03-03-2012.

FERRARI, Maria Parecida. *Relações públicas, função estratégica e responsabilidade social*. In *Revista de Estudos de Jornalismo e Relações Públicas*. UMESP, São Bernardo do Campo. Vol. 1, nº 1 Junho de 2003.

FIGUEIREDO, D.O; Volpato, Alana N; Dezan, Alice Z. *Composição epistemológica da comunicação comunitária: o conceito propositivo de cidadania para a postura do profissional de Relações Públicas*. In: XII Congressode Ciências da Comunicação na Região Sul - INTERCOM SUL, 2011, Londrina. Anais INTERCOM SUL 2011.

KUNSCH, Margarida; **KUNSCH**, Waldemar. *Relações Públicas Comunitárias: A Comunicação em uma Perspectiva Dialógica e Transformadora* – São Paulo:Summus, 2007.

PLATAFORMA DAS ONGS: *Educação Popular – O caso de Cabo Verde: Enquadramento do encontro de reflexão sobre o papel da educação no Processo de Desenvolvimento* – O caso de Cabo Verde – Rui Vaz, 1 E 2 De Dezembro de 2008.

PERUZZO M. Cecília. *Relações públicas, movimentos e transformação social*: www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-relacoes-publicas.html de CMK Peruzzo - Citado por 10 - Artigos relacionados. 17-02 2007, 13:04.

Revista da Ciência da Administração – Versão eletrônica, vol. 01, jan./jun. 2007

SCHIEFER, ULRICH; **TEIXEIRA**, Paulo Jorge; **MONTEIRO**, Susana. *Manual de Facilitação para a Gestão de Eventos e Processos Participativos*, 1º Edição – Maio de 2006.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Cidadania e Desenvolvimento local: Casos Brasil*: Disponível em: www.gp.usp.br/files/desen_cidadania.pdf acesso em 03-03-2012.

UNICF e ICCA: *Análise da Situação da Criança e do adolescente em Cabo Verde 2011*.

11. APÊNDICES

Apêndice 1- Cartas dirigidas às empresas e instituições

Carta 1

Cidadania para o Desenvolvimento Comunitário

Achada Grande Trás Praia, Contactos: 9805778 e joceano@live.com

Vossa Excelência

ASSUNTO: Pedido de Colaboração

Antes de mais, apresento os meus cumprimentos e aproveito para levar até a vossa excelência a preocupação de uma sociedade com menos violência, mais justiça social, mais segurança e sobretudo com maior educação e colaboração.

Assim, Haidée Monteiro, Relações Públicas Comunitárias para a comunidade de Achada Grande Trás agradecia com satisfação o vosso apoio com água e refrigerantes, na medida da vossa possibilidade, no sentido de organizar e realizar uma Feira de Cidadania, que será no dia 26 de Maio de 2012, das 9h às 17 e 30mn, no intuito de criar uma rede de interacção e comunicação, movimentando recursos que se destinarão à resolução dos problemas da escola local.

Ciente que este pedido terá uma especial atenção da vossa parte, e na esperança de poder contar com a vossa preciosa colaboração e solidariedade, aproveito para lhe endereçar as minhas cordiais saudações.

Sabendo que o evento será nos finais do mês de Maio, agradecia a vossa resposta até o dia 15 do mesmo mês.

Sem mais, subscrevo atenciosamente

Praia, 30 de Abril de 2012

Haidée Monteiro

Carta 2

– Relações Públicas Comunitárias –

Cidadania para o Desenvolvimento Comunitário

Achada Trás – Praia, Tel: 9805778 /haidee.monteiro@student.unicv.edu.cv

Ex.mo Senhor:

Assunto: Pedido de Financiamento

No âmbito da realização das acções para a concretização do Projeto – **Cidadania para o Desenvolvimento**, a Relações Públicas Comunitária, Haidée Monteiro, vem por esta via solicitar apoio, junto da vossa empresa ou instituição, no sentido de organizar e realizar um Workshop sobre “***Processo de Facilitação***” - tema esse, cujo aprofundamento é considerado de extrema importância para qualquer organização que almeja o sucesso.

O evento terá lugar na escola da comunidade de Achada Trás, no dia 21 de Abril de 2012 (mais informações acompanharão o convite/programa).

Ciente de que este pedido terá uma grande aceitação por parte da Vossa Excia, e na esperança de poder contar com a vossa colaboração, aproveito para lhe apresentar cordiais saudações.

Sem mais, subscrevo atenciosamente.

Praia 2 de Abril de 2012

Haidée Monteiro

Apêndice 2: Comunicados de Imprensa

COMUNICADO DE IMPRENSA

Assunto: Relações Públicas Comunitárias, Nova Proposta para Desenvolvimento Comunitário

As Relações Públicas Comunitárias constituem uma novidade para Cabo Verde. Este profissional é um agente que preocupa com os problemas sociais e os mais carenciados.

Já está no terreno da comunidade de Achada grande Trás, uma Relações Públicas Comunitária, e esta já começa as acções de promoção do desenvolvimento comunitário, tomando como base a cidadania e comunicação comunitária.

É já no próximo Sábado dia 24 de Março de 2012, pelas 16:30mn, da sala de Reunião da Confecções Alves Monteiro Lda. (uma das empresas parceira), que se realizará a primeira *Assembleia dos Activistas Sociais* da referida comunidade; evento esse que terá como objectivo principal, apresentar aos mesmos, um pacote de propostas para o desenvolvimento local, partindo da prática da cidadania e comunicação comunitária (face a face).

A assembleia contará com a presença de 50 activistas sociais da comunidade, assim como os convidados de entre os quais se podem destacar o Pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Graça, pastor da igreja do Nazareno, O líder Comunitário de Achada Grande Frente e Sociólogo João José, o Director da escola de Achada Grande Frente, entre outros.

Ciente da importância dos órgãos de comunicação social na promoção do desenvolvimento comunitário e social, contamos com a vossa honrosa presença para fazer a cobertura do evento e juntos contribuírmos para uma sociedade equitativa.

Praia, 19 Março de 2012

Relações Públicas Comunitárias

Haidée Monteiro

Contacto: [9805778/joceano@live.com](mailto:9805778@joceano@live.com)

COMUNICADO DE IMPRENSA

Assunto: Novo plano/acção em prol da Cidadania para Desenvolvimento

Relações Públicas Comunitárias Haidée Monteiro, organiza e realiza o segundo plano acção em prol da Cidadania para o Desenvolvimento, na Comunidade de Achada Grande Trás.

Desta feita a acção projectada é um Workshop sobre o tema ***Processo de Facilitação***, que terá lugar no dia 21 de Abril, pelas 16:30mn na escola local, da qual se poderá reunir os principais requisitos para uma liderança efectiva e onde todos os elementos do grupo terão a vez e voz.

O evento contará com a presença de 50 participantes incluindo empresários locais e seus representante, os activistas sociais da comunidade e convidados especiais como Vladmir Silves (Director da escola de Achada Grande Frente), Stefanie Pedagoga do Projecto Simenti, Cristina Ferreira docente da UNICV, João Monteiro Sociólogo entre outros.

Conhecedor da disposição e importância dos órgãos de comunicação social no apoio ao desenvolvimento, contamos com a vossa honrosa presença para fazer a cobertura do evento e assim apresentar a sua colaboração e solidariedade.

Praia, 18 Abril de 2012

Relações Públicas Comunitárias

Haidée Monteiro, contacto: 9805778/joceano@live.com

Apêndice 2 – Fotografias de Achada Grande



Ex: Empresas da Comunidade PP, 2012



Ex: Empresas da Comunidade PP, 2012



Marrocos ou Lém de Trás. PP, 2012



Lém de Frente. PP, 2012



Lém de Frente. PP, 2012



Lém de Frente, Favela. PP, 2012



Capela local. PP, 2012



Praça e fachada do Centro de Saúde. PP, 2012



Centro de Saúde de AGT. PP, 2012



Escola de AGT. PP, 2012



Pequena varra de porcos.PP, 2012



Alunos do EBI. PP, 2012